

## Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores

Belo Horizonte (MG), 24, 28 de novembro de 1999

O Programa da Revolução Democrática  
para a construção de um Brasil livre, justo e solidário.

### INTRODUÇÃO

1. O II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores realizou-se em um momento crucial da história do Brasil. Coincidindo com a proximidade do Quinto Centenário e do novo milênio, colocou-se na ordem do dia não só a necessidade de uma reflexão sobre a profunda crise que o país atravessa, como a exigência de urgentes soluções para os graves problemas que golpeiam o cotidiano da imensa maioria da sociedade.

Vinte anos depois, o PT reafirma os compromissos assumidos com o povo brasileiro quando de sua fundação, em fevereiro de 1980.

Mais do que nunca o Brasil exige urgentes e radicais transformações econômicas, sociais e políticas em proveito das maiorias. Cada vez fica mais claro que as mudanças só serão possíveis se os trabalhadores ocuparem o centro da política brasileira e tomarem em suas mãos essa grande transformação.

2. Os problemas que afetam a maioria do povo brasileiro são estruturais e têm raízes históricas profundas. Decorrem da ação de uma elite poderosa, reacionária e predatória que se considera dona do poder, revela desprezo pelo povo e profunda aversão a qualquer reforma.

A crise brasileira ganhou intensidade nos últimos anos em razão da política de desconstrução nacional e social do governo FHC. A conjuntura mundial é complexa e incerta. A desordem financeira ameaça a economia global, em particular países da periferia, como o Brasil. A hegemonia político-militar dos Estados Unidos pós-Guerra Fria fere a soberania de nações e povos e tende a cristalizar uma ordem internacional desigual, injusta e autoritária.

3. Mas os conservadores já não exibem a confiança de anos atrás. As experiências neoliberais e a perversa globalização econômica e financeira mostram seus limites. O anunciado “fim da História” não chegou. O “pensamento único” revela-se enganoso. O Fundo Monetário Internacional, que impôs nefastos ajustes liberais,

cinicamente reconhece que suas políticas contribuíram para aumentar a miséria pelo mundo afora.

A crise fez com que surgissem operações de maquiagem do neoliberalismo, como a da chamada “Terceira Via” de “Blairlinton”, na qual FHC tenta pegar carona. Essa postura conformista e conservadora parte da falsa premissa de que não é mais possível impulsionar políticas de crescimento com inclusão social e pleno emprego. Seus partidários no mundo desenvolvido, a partir do colapso da URSS e dos regimes do Leste, pretendem justificar o abandono das políticas de bem-estar que a social democracia adotou no pós-guerra.

As esquerdas, inclusive setores da social democracia, hoje denunciam e rejeitam essas teses. No Brasil, onde a exclusão social foi e é a regra, a “Terceira Via” aparece em sua face mais grotesca.

O novo quadro mundial cria condições para a construção de novos projetos nacionais e internacionais. Para tanto, são necessárias transformações radicais que somente grandes majorias poderão realizar. Essas transformações requerem visão e propostas de caráter estratégico.

4. A elaboração programática não se esgota obviamente no Congresso do PT.

Ela deve continuar no tempo e ir além das fronteiras do partido. Aqui serão enunciadas teses gerais. A partir delas, caberá ao partido e ao conjunto das esquerdas desenvolverem um intenso trabalho de construção de uma alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil.

O Partido necessita de definições políticas claras. O PT não pode ser ambíguo, oscilando entre várias orientações, dando a impressão de um partido dilacerado por conflitos internos. Isso paralisa nossa ação, abala nossa imagem, semeia dúvidas sobre nossa capacidade de governar o país.

5. O PT nasceu e se desenvolveu em meio à crise mundial dos grandes paradigmas de esquerda deste século e do colapso do modelo nacional-desenvolvimentista em nosso país.

O PT se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata. Não busca o “assalto ao poder” por meio de revolução violenta, nem conquistar o governo e ocupar o aparelho de Estado para amenizar o capitalismo.

O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma Revolução Democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento.

A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas auto proclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos.

O V Encontro do PT (1987) destacou a importância de uma política de acumulação de forças. É nesse processo que se alteram relações de poder, constrói-se uma nova hegemonia e criam-se condições para novos e decisivos passos visando a grande transformação da sociedade brasileira.

A acumulação de forças é um complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais. Temos responsabilidades com o país.

Não queremos ser eterno partido de oposição, uma seita de “donos da verdade”. Sabemos que é importante combinar as ocupações de terra, as lutas no chão de fábrica, as greves e as mobilizações da sociedade em busca de novos direitos sociais e políticos com a ação nos parlamentos e nos governos municipais e estaduais.

6. O socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo. Os avanços produzidos pela revolução tecnológica em curso e a internacionalização da economia reforçam suas bases objetivas. Mas o socialismo não é uma inevitabilidade, mas construção histórica.

Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas. Nesse sentido, reafirmamos as resoluções do VII Encontro Nacional e do Primeiro Congresso do partido

### A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

7. A história do Brasil, diferentemente da de outros países, não está marcada por rupturas. Sempre que a nação foi colocada ante a necessidade de mudanças – Independência, Abolição, República e em vários momentos do século XX – predominaram soluções “de cima”, impostas às classes populares pelos grupos dominantes. A modernização do país foi conservadora, carente de reformas, fortemente excludente.

8. O Brasil transformou-se em 50 anos na oitava economia industrial do mundo. Este crescimento não foi acompanhado de reformas sociais e políticas, mas de forte concentração de renda, poder e conhecimento.

O país ocupa o vergonhoso 79º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. E a sociedade de pior distribuição de renda do mundo. Entre 1930 e 1980 o Brasil viveu mais de metade do tempo sob regime de exceção ou de democracia

restrita. Amplos setores da sociedade ficaram mergulhados no analfabetismo e na ignorância.

9. Fatores internacionais e locais precipitaram a crise do nacional-desenvolvimentismo em fins dos 70. Diferentemente de outros países do continente, no entanto, o colapso daquele modelo – coincidindo com a transição para a democracia – não encontrou aqui os trabalhadores e o movimento popular enfraquecidos ou desmobilizados. Grandes lutas sociais marcaram o Brasil entre 1978 e 1989. Delas surgiram o PT, a CUT, dentre outras expressões combativas da sociedade. Isso explica o fracasso das primeiras ofensivas neoliberais em nosso país. A resistência popular impediu que este projeto conservador aqui se implantasse, como estava ocorrendo em outros países.

10. A crise do capitalismo brasileiro – afundado durante a “década perdida” na recessão e na inflação – agravou-se com o aprofundamento da liberalização do comércio internacional, com a globalização e flexibilização produtivas e com a desregulamentação financeira mundial. A subserviência das elites locais explica sua incapacidade de construir uma alternativa nacional. Essa atitude arruinou setores da economia e da sociedade e impediu uma presença soberana do Brasil no mundo. A resistência dos trabalhadores e das forças de esquerda e populares postergou a aplicação de políticas neoliberais, mas não foi capaz de evitá-las.

11. A hegemonia neoliberal no governo FHC, que continuou o trabalho iniciado por Collor, foi também resultado da falta de alternativa mais consistente das esquerdas.

Não se trata de um problema de “insuficiência teórica”. Houve dificuldades objetivas, particularmente o efeito desmobilizado sobre o movimento popular provocado pela prolongada crise econômica e social.

É certo que faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro. É certo que não se deu ênfase necessária a temas relevantes como os do financiamento do desenvolvimento e dos novos papéis do Estado, por exemplo. Mas nossas formulações programáticas em 1989, 1994 e 1998, ainda que incompletas, são importantes. Foram suficientemente claras e ameaçadoras, para provocar a partir de 1994 o mais impressionante reagrupamento de forças conservadoras da história do país. Setores originários da oposição democrática à ditadura – como o PSDB e grande parte do PMDB – ofereceram quadros e emblemas para a constituição do megapartido da ordem que hoje governa o Brasil, incumbido de frustrar as profundas aspirações de mudança que a sociedade brasileira revelou nas últimas décadas.

## A ALTERNATIVA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

12. A formulação de um programa alternativo das esquerdas para o Brasil é, ao mesmo tempo, elaboração intelectual e construção social.

A audácia e o rigor teóricos não excluem – ao contrário, como ficou demonstrado recentemente com a Marcha dos Cem Mil – intensa mobilização social. Lutas e mobilizações colocarão novos problemas e desafios para a reflexão. Já em seu Manifesto Programa o PT afirmava que o socialismo que o partido quer será resultado da ação dos trabalhadores, com isto assinalando o papel das lutas de classes na construção de nossos programas e em nossas formulações teórico-políticas.

13. O Programa da Revolução Democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas. A aplicação dessas reformas terá um efeito profundamente desestabilizador sobre o capitalismo realmente existente no Brasil. Para desencadear esta ofensiva reformadora será necessária nova relação de forças na sociedade, condição para que as esquerdas cheguem ao governo e enfrentem com êxito o problema do poder.

Sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário também mudar a sociedade para chegar ao governo. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social.

## UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

14. A dimensão social do Programa da Revolução Democrática põe na ordem do dia mudanças na economia. Essas mudanças são tarefa complexa, tendo em vista a perda crescente de instrumentos soberanos de intervenção sobre a economia do país, cada vez mais submetida a controles internacionais. A mudança da economia exige uma radical inversão de prioridades. O emprego, os melhores salários, a seguridade social, a educação, a saúde, a habitação, o transporte, a cultura e o lazer serão as prioridades da nova política econômica.

As novas prioridades provocarão enfrentamentos com os interesses do capital financeiro nacional e internacional que condicionam hoje as grandes decisões econômicas nacionais.

Inverter prioridades não significa opção populista.

Uma política de distribuição de renda exige um ambicioso projeto de desenvolvimento e a definição de suas condições de financiamento. Um país como o Brasil permite (e exige) uma nova política econômica, mesmo levando em conta os graves constrangimentos internacionais atuais.

15. O PT reafirma a necessidade de um modelo econômico estruturado em torno da idéia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas, capaz de alimentar, vestir, dar moradia e transporte, aos milhões de brasileiro marginalizados ou empobrecidos. Um gigantesco programa de educação – prioridade número um do país – erradicará o analfabetismo, porá todas as crianças na escola e, mais do que preparar força de trabalho qualificada, criará as bases da cidadania. Esse modelo prevê o refinanciamento do Estado para que este possa impulsionar políticas sociais consistentes.

Será necessário redistribuir de forma radical a riqueza. A reforma tributária deve desonerar a produção, combater o rentismo, eliminar os mecanismos de sonegação e evasão fiscais, mas sobretudo ser um instrumento de distribuição de renda e riqueza.

A “guerra fiscal” reproduz no Brasil os mesmos mecanismos perversos que a globalização capitalista provoca em escala internacional, promovendo o deslocamento de empresas de uma região para outra em busca de vantagens comparativas. Ela opõe estados e municípios entre si, divide os trabalhadores, corrói a unidade nacional.

Por essa razão apoiamos a campanha nacional contra a “guerra fiscal” e a iniciativa popular para que uma lei proíba a utilização de recursos públicos, sobretudo do BNDS. Da mesma forma, apoiamos a luta por um contrato coletivo de trabalho, que proteja os trabalhadores das políticas do grande capital.

O sistema de crédito público, associado aos fundos de pensão e os fundos de poupança forçada dos trabalhadores – como o FAT –, deve ser orientado para reativar a poupança e o investimento.

A reforma agrária e uma política de rendas serão instrumentos de radical distribuição de riqueza, viabilizando o novo modelo de desenvolvimento nacional. As circunstâncias imporão outras formas de transferência de renda dos grandes grupos econômicos para financiar as reformas necessárias.

16. O novo modelo terá efeito expansivo e irradiador sobre toda a economia, inclusive sobre seus setores de ponta. Para articular o novo ciclo de desenvolvimento sustentado será necessária uma política industrial capaz de articular setores e tecnologias tradicionais com as vanguardas produtivas, hoje muitas vezes sufocadas pelos efeitos da globalização. Essa política industrial buscará compatibilizar a produção e atividade de micros, pequenas e médias empresas com as de grandes

grupos regionais, nacionais e internacionais, especialmente no âmbito de um Mercosul renovado. Políticas industrial e agrícola devem ser acompanhadas de esforço de inovação científico-tecnológica nacional, articulado com múltiplos circuitos acadêmicos internacionais. As universidades, preservada sua autonomia e reforçada sua vocação para a produção de conhecimento, serão chamadas a colaborar nesse processo.

17. O financiamento do desenvolvimento exige reforma radical do sistema financeiro, que deverá orientar-se mais decisivamente para o fomento da produção. O BB, o BNDS, a Caixa e outros estabelecimentos públicos serão reformados para desempenhar essa importante função. O sistema financeiro privado será direcionado a participar do esforço nacional de financiamento da produção.

A conjugação ruínosa da abertura comercial e financeira com as políticas monetária e cambial adotadas nos últimos anos criou duas bombas de tempo que ameaçam o futuro do país: as dívidas externa e interna.

18. A dívida externa foi o principal fator de desestabilização e estagnação da economia brasileira nos anos 80, a partir da elevação unilateral dos juros de 6% para 20%. Nesse período a dívida foi estatizada.

Em 1990 a dívida pública representava 85% do total da dívida.

O Plano Brady renegociou e alongou os prazos da dívida velha e restabeleceu condições de financiamento a partir de 1992. A abertura comercial e financeira de Collor e FHC provocou profunda desnacionalização da economia e enorme desequilíbrio comercial e de serviços. Em 1993 havia um superávit de US\$ 1,7 bilhão das transações correntes. Em 1998 passamos a ter um déficit de US\$ 35 bilhões. Em 1993 as remessas de lucros eram US\$ 1,8 bilhão; em 1998 passaram a US\$ 7,2 bilhões. No mesmo período a remessa de juros passou de US\$ 8,5 bilhões para US\$ 12,1 bilhões. A dívida externa bruta passou de US\$ 145,7 bilhões, em 1993, para US\$ 229,3 bilhões, em agosto de 1999.

Diferentemente dos anos 80, o endividamento atual é essencialmente privado. Saltou de US\$ 43,1 bilhões, em 1993, para US\$ 126,2 bilhões, em 1999. Esse endividamento foi promovido por grandes bancos, grupos multinacionais e nacionais que disputaram as empresas privatizadas ou se beneficiaram das taxas de juros internacionais, em torno de 6%, enquanto as taxas internas nunca estiveram abaixo de 15% e o crédito ao consumidor chegava a 300% ao ano.

19. Diante desse novo quadro do endividamento e da deterioração do balanço de pagamentos, o Brasil necessita denunciar o acordo vigente com o FMI e reorientar a política econômica em direção à retomada do crescimento e da defesa comercial do país.

Isso supõe uma renegociação soberana, imediata e abrangente da dívida externa, pois o atual endividamento do Estado é insustentável. A intransigência dos credores e o contexto de crise cambial poderão levar a uma suspensão do pagamento da dívida externa pública. Independentemente desse cenário, é necessário o estabelecimento de mecanismos de controle de câmbio sobre todas as entradas e saídas de capitais e taxação das remessas de lucro conforme os patamares internacionais (30%) distintos dos atuais 15%, que estimulam a descapitalização do país.

E necessário bloquear as tentativas de reestatização da dívida externa.

O Brasil deve ter uma posição internacional ativa sobre as questões da dívida, buscando com outros países uma estratégia comum de renegociação e a realização de ampla auditoria sobre o conjunto da dívida. Essa estratégia envolve também a defesa da Taxa Tobin, como vem sendo proposto pela ATTAC, com taxação do movimento diário do capital financeiro para permitir a criação de um fundo mundial de combate à pobreza. Trata-se igualmente de pôr fim aos paraísos fiscais e de constituir mecanismos de regulação e controle democrático do sistema financeiro privado internacional. Manifestamos nosso irrestrito apoio às iniciativas defendidas pela CNBB sobre o cancelamento da dívida dos países pobres e realização de um plebiscito sobre a dívida no ano 2000.

Os investimentos internacionais deverão ser utilizados para parcerias com o setor privado nacional, na perspectiva de estimular o setor produtivo, incrementar a inovação tecnológica e sobretudo fortalecer as exportações.

A dívida interna terá igualmente de ser renegociada, com o alongamento de seu perfil. Mas isto só poderá ocorrer depois de equacionada a situação patrimonial (devedora e credora) do sistema financeiro nacional.

20. As privatizações têm representado uma gigantesca transferência de renda do setor público para o privado. Os preços de venda foram aviltantes, muitas vezes financiados com recursos do Estado. Os efeitos sobre o crescimento da economia são inexistentes, com resultados irrelevantes no abatimento das dívidas interna e externa. Dados recentes do Banco Central mostram que entre 1991 e 1999 o Brasil arrecadou com a venda de empresas de estados e da União US\$ 88,3 bilhões. Só entre julho de 1998 e julho de 1999 o total de gastos com juros da dívida pública foi de US\$ 66 bilhões.

Em apenas um ano foi gasto com juros cerca de 80% do arrecadado em oito anos de privatizações.

A opinião pública começa a mudar em relação às privatizações, em razão da degradação dos serviços, do aumento brutal das tarifas, como também da perda de soberania e da desnacionalização da economia, com conseqüências negativas sobre o emprego e produção. O PT reafirma sua posição pela suspensão imediata do Programa Nacional de Privatizações. Para tanto mobilizará a sociedade e desenvolverá iniciativas institucionais que preservem o patrimônio nacional. Ao



mesmo tempo, continuaremos propondo mecanismos que garantam a transparência e o efetivo controle da sociedade sobre as estatais, transformando-as em verdadeiras empresas públicas.

No âmbito de seus governos, serão suspensas todas as privatizações em curso. As já realizadas deverão ser submetidas a rigorosa auditoria, que permita avaliar inclusive as condições de venda, fornecimento de serviços, contratos de concessão e também aspectos legais e éticos que envolveram cada privatização. O resultado dessas auditorias e consultas populares a respeito definirão o comportamento de nossos governos.

21. A nova economia, centrada na criação de um amplo mercado interno de bens de consumo, terá como consequência garantir posições cada vez melhores no mercado externo. Somente uma economia de escala pode hoje disputar posições no mercado mundial.

O novo modelo econômico exige uma reforma agrária, que garanta terra, emprego e financiamento para milhões de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo que lhes assegure proteção adequada. A reforma agrária tem significação social e política – a emancipação de milhões de homens e mulheres e a quebra do poder de grupos agrários atrasados – e importância econômica, posto que a agricultura familiar pode ser um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico. A reforma agrária, junto a uma consistente política agrícola, tem papel central no programa de erradicação da fome e do desemprego no país. O Brasil pode combinar a tarefa de alimentar seu povo com a constituição de forte economia agrícola de exportação.

22. O novo modelo de crescimento exige o respeito ao meio ambiente. Para que haja desenvolvimento sustentado é fundamental que as preocupações ecológicas estejam presentes em todos e cada um dos aspectos da política econômica.

Defendemos uma sociedade que respeite a natureza, a diversidade cultural e étnica. Propugnamos um padrão produtivo diferenciado, em que a natureza não seja tratada apenas como um recurso natural e infinito a ser apropriado pelas forças do mercado.

Valorizamos a diversidade biológica, o conhecimento científico e o saber tradicional, a produção familiar e outras alternativas de desenvolvimento sustentável, a reforma agrária e ecológica e a conservação dos ecossistemas.

Reafirmamos a necessidade de adotar “tecnologias limpas”, eliminando os riscos de acidentes e o uso de fontes perigosas nos ambientes de trabalho.

Os fundamentos de uma nova cidadania supõem direitos relativos à vida, ao meio ambiente e ao trabalho. Não é possível vida sadia e digna em ambiente degradado.

23. O PT contribuirá para estabelecer uma estratégia de defesa da Amazônia ante a ameaças internas e externas.

Repudiamos quaisquer formas de invasão ou ocupação territorial da região por outros países, sob pretexto de combate ao narcotráfico, de segurança continental ou de preservação do meio ambiente.

A soberania nacional exige a expulsão de eventuais bases estrangeiras ou de empresas transnacionais e outras organizações que realizem atividades predatórias na Amazônia.

24. Junto com uma política de rendas, que aumente substancialmente o salário mínimo e a participação dos salários na renda nacional, é necessário democratizar as relações de trabalho. Nas empresas públicas e privadas devem multiplicar-se formas de gestão e controle dos trabalhadores sobre a produção.

O novo modelo de desenvolvimento buscará o pleno emprego, como resultado do novo ciclo de expansão da economia e das políticas ativas, detalhadas no programa Mais e Melhores Empregos, além de substancial redução da jornada de trabalho.

A Previdência Social será organizada segundo os princípios da universalidade, com benefícios iguais para todos os trabalhadores dos setores público e privado. O sistema previdenciário será saneado para que se eliminem a fraude e a sonegação e será submetido à gestão quadripartite (trabalhadores, empresários, Estado e aposentados/pensionistas). Serão generalizados mecanismos públicos e privados de previdência complementar, permitindo novas formas de poupança de longo prazo, capazes de financiar as metas prioritárias de desenvolvimento.

Será garantida a todos os brasileiros e brasileiras uma Renda de Cidadania que lhes permita atender suas necessidades vitais, garantir, através de programas como o Bolsa-Escola, a educação das crianças e assegurar o maior grau de liberdade possível.

Desenvolveremos iniciativas internacionais para que sejam criados mecanismos – como a Taxa Tobin, por exemplo – de financiamento dos programas de Renda da Cidadania.

### A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

25. O programa da Revolução Democrática parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve caminhar paralelamente ao aprofundamento da democracia econômica e social.

A democracia política tem três prioridades básicas: Direitos Humanos e cidadania, reforma das instituições, particularmente do sistema de representação política, e controle democrático do Estado pela sociedade.

O PT defende intransigentemente o respeito aos Direitos Humanos para garantir a extensão da cidadania a todos os brasileiros.

Isso exige combater preconceitos relacionados com raça, gênero, orientação sexual, faixa etária, condição física ou mental. A defesa dos Direitos Humanos é central para a preservação do Estado de Direito e para a construção de uma nova democracia. Ela pede o combate a todas as formas de violência que ameaçam hoje a sociedade brasileira, especialmente aquelas que se exercem contra mulheres, no lar ou fora dele, e contra crianças e adolescentes abandonados ou submetidos a formas cruéis de exploração, como o trabalho escravo, a prostituição e o envolvimento no crime organizado.

26. O Brasil é a segunda nação de população negra no mundo, depois da Nigéria. As estatísticas revelam, no entanto, que os negros são particularmente atingidos pela violência e por odiosas formas de discriminação econômica e social. Mecanismos de ação afirmativa deverão ser utilizados em forma complementar às grandes reformas para eliminar a discriminação.

O PT multiplicará iniciativas legais nessa direção. Reforçará em todas as administrações municipais e estaduais de que participa programas antidiscriminação.

Ao debater e formular políticas públicas, nossos governos começam a incorporar a noção de que os cidadãos se organizam não apenas para a defesa de seus interesses, mas também para proteger e/ou ampliar seus direitos e para conquistar novos.

Ainda tímida, essa pressão da sociedade e de nossa militância não foi incorporada plenamente ao modo petista de governar. Precisa ser transformada em ações concretas que beneficiem grupos específicos de jovens, mulheres, negros, portadores de deficiências e indígenas, recuperando uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos. Prefeituras importantes não têm dado importância a essas questões em suas ações de governo.

A política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso aprofundou as marcas sociais do racismo brasileiro. O crescimento do desemprego ocorre particularmente entre os trabalhadores negros, que são jogados para o trabalho informal sem nenhuma garantia trabalhista.

Para superar o racismo é necessário, antes de tudo, garantir condições iguais e dignas de vida para todos e a superação das desigualdades de raça, classe e gênero. Implica redistribuição da riqueza através do redirecionamento dos gastos públicos e das políticas públicas, priorizando a população menos favorecida. Desde sua fundação o PT denunciou o racismo como expressão das desigualdades que atravessam a sociedade brasileira. Não reduziu o racismo, no entanto, à exploração

econômica, mas caracterizou-o como uma forma específica de opressão política e cultural.

Apesar disso, não estamos imunes à ideologia racista hegemônica, fenômeno complexo e secular.

Se é verdade que o fim das desigualdades socioeconômicas golpeia fortemente o racismo, é mais verdade ainda que o ataque frontal aos preconceitos raciais é fundamental para emancipar não somente os negros como o conjunto dos explorados e oprimidos. Por essa razão a luta contra o racismo tem de ser partilhada por brancos e negros, não podendo ser entendida como reivindicação de “minorias”. É impossível realizar transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial.

É impossível a construção da plena cidadania do povo negro nos limites da sociedade brasileira atual.

O combate ao racismo é estratégico na transformação da sociedade, seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil como para pensarmos uma sociedade futura, multirracial, democrática e socialista.

Mesmo com todas essas indiscutíveis evidências das desigualdades que afetam a população negra, que é produto da discriminação racial e do racismo, o PT ainda não tem uma política nacional que envolva o conjunto da estrutura do partido para atacar essa questão central. Entretanto, na atualidade o PT é o único partido capaz de construir um projeto de nação que seduza o conjunto dos sujeitos políticos do campo democrático e popular, e é nesse universo que estão as principais organizações e lideranças do Movimento Negro.

Afirmamos o papel central do PT no combate ao racismo. Temos de avançar uma política de construção partidária que fortaleça o movimento negro, amplie suas alianças e enraizamento, visando a superação das desigualdades sociorraciais de nosso país. Que nas eleições de 2000 e 2002 se expresse nitidamente o compromisso com uma política anti-racista e de apoio a candidaturas negras. Que o partido desenvolva propostas de políticas públicas de superação e combate ao racismo para os Estados onde governe, para as prefeituras, câmaras de vereadores, assembleias legislativas e Congresso Nacional, onde se faz presente.

27. As instituições brasileiras necessitam urgentes reformas. O sistema de representação tem de expressar o princípio de “cada cidadão um voto”. Os partidos, com mecanismos de fidelidade partidária, têm de transformar-se em instrumentos eficazes da representação política. Seu financiamento público, junto com medidas de controle do uso da máquina estatal, dará transparência e legitimidade às eleições.

O eixo central da reforma do Judiciário é assegurar Justiça rápida e próxima do povo e o fim da impunidade para os poderosos. Tem de ser introduzido o controle externo do Judiciário e aprofundada a investigação da corrupção nele existente. A reforma dos aparelhos repressivos, da legislação e do sistema prisional, além de imperativo da política de Direitos Humanos, permitirá considerável diminuição da violência que se abate sobre a sociedade brasileira e que é hoje um dos principais problemas enfrentados pela população.

Particular importância tem a democratização dos meios de comunicação, grande parte dos quais se encontra em mãos de grupos de oligopólios mancomunados com o poder político. É fundamental aproveitar os avanços tecnológicos para colocar em mãos da sociedade instrumentos que permitam melhor informação e maior socialização dos bens culturais. O PT tem de ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar de fato o controle público.

28. O controle democrático do Estado pela sociedade caminha junto com a criação e/ou fortalecimento de um espaço público no qual a sociedade cria novos direitos e amplia as fronteiras da democracia, ao lado da representação parlamentar. Essas formas de controle pela cidadania, organizada e ativa, não se opõem ao Estado democrático de Direito. Elas são indispensáveis para que a democracia se amplie. A defesa do Estado de Direito – que reivindicamos firmemente – não pode ser, no entanto, pretexto para engessar a democracia e paralisar novas conquistas sociais. O PT tem sido pioneiro neste experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. Os orçamentos participativos, difundidos em nível municipal, implantam-se agora em estados e devem ser no futuro um projeto nacional. A participação de trabalhadores, usuários e representantes da sociedade permitirá a democratização das políticas públicas, das empresas públicas e das atividades privadas essenciais à população. Com isso impedem-se o corporativismo e sobre tudo a apropriação do Estado por grupos privados. Um Estado democratizado – controlado socialmente – será chamado a desempenhar papel decisivo na nova política econômica. Sem desconsiderar a existência do mercado como elemento importante, não se pode aceitar que a ele caiba a regulação absoluta da vida econômica. As agências controladoras de setores produtivos e serviços devem ser radicalmente modificadas, garantindo-se a efetiva participação nelas de representantes da sociedade civil.

A desconstrução nacional operada pelo governo FHC tornou a economia particularmente vulnerável à concorrência predatória internacional. Sem voltar aos mecanismos passados do protecionismo, compete a um Estado democrático aplicar políticas transparentes e socialmente controladas de estímulo a setores econômicos, desde que respeitados o interesse nacional, o meio ambiente, os empregos e a renda dos trabalhadores.

29. O país necessita de um Estado forte e por essa razão democrático e descentralizado.

As relações com o Poder Legislativo deverão passar por radical mudança. Esta começa pela limitação do uso de Medidas Provisórias que criou hoje uma virtual ditadura do Executivo.

A descentralização implica que a União tem de respeitar estados e municípios e redefinir o pacto federativo, invertendo a centralização de recursos atual. O equilíbrio da Federação exige combate à guerra fiscal e a todas as formas de discriminação regional

As graves desigualdades regionais – como as que afetam o Nordeste e a Amazônia, para citar dois exemplos eloqüentes – têm de ser enfrentadas globalmente, como questões de interesse nacional.

O PT e as esquerdas deverão organizar conferências nacionais extraordinárias para definir programas regionais de desenvolvimento.

### A PRESENÇA SOBERANA NO MUNDO E REGIONALIZAÇÃO

30. Para realizar esse ambicioso programa de transformações sociais e políticas é fundamental que o Brasil ocupe outro lugar no mundo.

A compreensão teórico-política dos processos de globalização, acentuados nos últimos anos, coloca a necessidade de conviver com a economia mundial desde uma perspectiva soberana. Isso significa que para vincular-se à economia mundial é necessário, ao mesmo tempo, construir um projeto nacional de desenvolvimento.

A política externa brasileira será um instrumento deste projeto nacional, visando assegurar condições internacionais para sua realização.

O PT propugna uma política de paz. Por essa razão combate o hegemonismo das grandes potências e blocos militares, particularmente a política do governo dos Estados Unidos. O principal fator de instabilidade internacional é a injusta ordem econômica global, que precisa ser radicalmente alterada. O Brasil defenderá novos acordos que combatam as ameaças financeiras internacionais ou ação predatória de empresas transnacionais que hoje impõem suas políticas aos governos nacionais. Da mesma forma combaterá o protecionismo dos grandes grupos e advogará medidas que permitam reverter as relações norte-sul, desiguais e injustas. O PT apoiará e tomará iniciativas conjuntas, em nível internacional, contra todos os acordos discriminatórios – como o MIA – e exigirá que o Brasil tenha na Rodada do Milênio uma política de acordo com os princípios aqui anunciados.

31. Para atingir esses objetivos o Brasil necessita realizar novas alianças internacionais.

Deve priorizar a América Latina, especialmente a América do Sul. O Mercosul tem de ser redefinido. Precisa incorporar uma agenda social e, ao mesmo tempo, ser o espaço

de articulação de políticas ativas – industriais, agrícolas, de educação, ciência e tecnologia, comércio exterior – entre todos os parceiros, protegendo a região dos efeitos perversos da globalização econômica e financeira. O Brasil tem de intensificar suas relações com o continente africano, sobretudo com os países de expressão portuguesa e com a África do Sul. Com ela - assim como com a China, Índia, Rússia e outros países – é possível construir sólidas relações horizontais que permitam importantes intercâmbios bi e multilaterais, assim como a criação de novo eixo internacional capaz de equilibrar o peso das grandes potências e blocos econômicos e políticos atuais.

### O MOMENTO ATUAL E AS PERSPECTIVAS

32. A reeleição de FHC, com pouco mais de 50% dos votos válidos, não conseguiu dar a seu segundo mandato a estabilidade econômica e política que ele prometeu durante a campanha. Ao contrário, a desvalorização selvagem do real em janeiro de 1999 quebrou o encanto que o governo FHC havia inicialmente provocado. Desfez-se sua imagem internacional – um de seus principais trunfos –, enquanto no Brasil a popularidade do presidente sofria vertiginosa queda.

33. Parte dos eleitores de FHC se sentem desde janeiro vítimas de estelionato eleitoral. O candidato-presidente usou em 1998 todos os instrumentos para mascarar a crise em que se encontrava mergulhada a economia brasileira. Valeu-se dos êxitos que inicialmente o Plano Real obteve na estabilização dos preços para criar a imagem mentirosa de que o homem que “havia acabado com a inflação” poria fim ao desemprego. Fernando Henrique ocultou a gravidade e profundidade da crise, especialmente o fato de que o desemprego era conseqüência da forma como a inflação vinha sendo combatida. Atribuiu as dificuldades crescentes que o país vivia à “instabilidade internacional”. Não disse, no entanto, que a política econômica de seu governo atrelou irresponsavelmente o Brasil a esta “instabilidade”, tornando-o particularmente vulnerável aos ataques especulativos.

34. Durante a campanha eleitoral de 1998 a União do Povo Muda Brasil denunciou a política econômica do governo, particularmente a sobrevalorização cambial, os altos juros para atrair capitais internacionais (sobretudo voláteis) e a abertura comercial e financeira selvagem. Lula mostrou que essa política era responsável pelos duros golpes sofridos pela agricultura e indústria nacionais, em alguns casos irremediavelmente atingidas pela “destruição construtiva” propugnada pelos tecnocratas do governo. Da mesma forma, essa política provocava desemprego sem precedentes e novo ciclo de marginalização social.

35. Suicida, a política econômica de FHC acarretou o aumento espetacular das dívidas interna e externa. Os cortes no orçamento atingiam as políticas públicas,

agravando a situação social do país. Os aumentos de impostos e as sucessivas elevações da taxa de juros, utilizados para fazer face aos efeitos da crise da Ásia (outubro de 1997) e da Rússia (agosto de 1998), provocaram forte recessão deteriorando ainda mais as finanças públicas.

36. O governo tentou inutilmente conter a sangria das contas públicas e evitar o colapso externo acelerando as privatizações e torrando dezenas de bilhões de dólares de nossas reservas cambiais em pouco mais de dois meses. As privatizações destruíram o patrimônio nacional, em processos manchados por irregularidades e/ou corrupção, na maioria das vezes utilizando-se o dinheiro público para ajudar a “privataria”. O governo negou-se sistematicamente a admitir a sobrevalorização cambial, acusando as oposições e o PT de “fracassomaníacos”.

37. A recusa em reconhecer o fracasso da política econômica se explica pelo temor do governo de que houvesse segundo turno e FHC perdesse as eleições. A crise foi empurrada para debaixo do tapete. Pouco depois do 4 de outubro FHC anunciou o início de negociações com o FMI, que nos imporia o mais humilhante “acordo” de que se tem notícia. Apesar deste gesto de subserviência, continuaram as justificadas desconfianças dos especuladores internacionais sobre o estado real da economia brasileira. Prosseguiram os ataques contra o real. Não mais podendo resistir, o governo desvalorizou atabalhoadamente a moeda, em um processo cheio de manobras fraudulentas ou escusas que custaram R\$ 10 bilhões ao país, somente em janeiro, nas operações especulativas da BM&F.

38. Os acontecimentos do início do ano revelaram um governo perplexo e descontrolado, adotando medidas contraditórias que criaram expectativas de grave crise econômica. Ao mesmo tempo, eclodiam escândalos envolvendo altas personalidades governamentais.

A recessão, o desemprego e a queda do valor real dos salários são as novas âncoras da economia brasileira. A valorização do dólar, cujos níveis são incertos, não encontrou seu limite. A recuperação do comércio exterior, que a desvalorização deveria propiciar, não ocorreu, como o governo anunciou, especialmente pela desestruturação anterior das cadeias produtivas. As contas externas se agravam com o pífio desempenho da balança comercial. Os compromissos internacionais que devem ser saldados este ano e a fuga de capitais, espantados pela incerteza macroeconômica, agravam o atual cenário.

39. A oposição tinha razão quando propôs ainda em 1998 mudanças nas políticas cambial e monetária. Ordenadamente, com mão firme e os olhos voltados para o interesse nacional, poder-se-iam adotar as propostas emergenciais que as esquerdas anunciaram durante a campanha eleitoral.

As esquerdas falaram a verdade, contrariando aqueles que pensavam que, anunciando a gravidade da crise e propondo soluções radicais para enfrentá-la, corria-se o risco de perder votos. O PT e os partidos da União do Povo ganharam



credibilidade e, mesmo derrotados eleitoralmente, puderam contabilizar esse êxito político e moral.

O núcleo da proposta da União do Povo eram as transformações estruturais, a mudança do modelo centrada na criação de um mercado de bens de consumo de massa, a prioridade às políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento e cultura, o projeto de reforma agrária e política agrícola e os programas de Mais e Melhores Empregos e o de Renda Mínima. A tudo isso se somava o novo tratamento a ser dado às dívidas externa e interna.

40. Um debate tímido e inconsistente em fins de 1998 alimentou especulações sobre a possibilidade de uma “virada desenvolvimentista” no segundo mandato. A evolução da política do governo mostrou que ele mantém sua orientação neoliberal e tende a aprofundá-la.

Nessa “fuga para a frente”, FHC é incapaz de apresentar um norte para o país. Contenta-se em dizer que a situação não ficou tão grave quanto se anunciava e comemora, com o irrealismo costumeiro, que dentro de mais uns meses poderemos estar tão mal como estávamos quando se desencadeou a crise. Enquanto isso o desemprego não pára de crescer, as políticas públicas se degradam e os “incluídos” durante a “bolha de consumo” que o real provocou foram de novo expulsos para a margem da sociedade. A participação dos salários na renda nacional se reduz crescentemente. Tal como ocorreu em outros países latino-americanos, a eventual melhoria desse ou daquele indicador macroeconômico nunca é acompanhada pela melhoria da vida material das pessoas. A “economia real” piora cada dia.

41. Esse conjunto de fatos, mais as crises internas do governo, explica o esfarelamento de sua popularidade. Tem-se a sensação de fim de mandato quando, em realidade, o governo apenas começou. Por isso precipitou-se a luta sucessória, enfraquecendo mais a base política de FHC. É pouco provável que o presidente consiga reverter esse quadro desfavorável e retome a iniciativa.

Quando muito fará algumas operações cosméticas. Na realidade o que necessita mudar – e radicalmente – é a política econômica, o modelo e o governo.

42. A situação do governo FHC é contraditória: é fraco pela perda de legitimidade e autoridade, não tem apoio popular e está com sua base política dividida sobre a sucessão.

Ao mesmo tempo, tem apoio internacional, da maioria do Congresso, da maioria de governadores e prefeitos e, principalmente, do grande empresariado brasileiro, somado à omissão do pequeno e médio, muito afetados pela política econômica. Desfruta ainda de apoio declinante em alguns setores populares, como resquício da diminuição da inflação.

43. O governo procura retomar a iniciativa e mudar artificialmente a agenda do país com o lançamento fracassado do Avança Brasil e outras iniciativas como a renegociação das dívidas das pequenas e médias empresas. Recentemente o governo iniciou, a partir da questão da reforma da previdência, operação para dividir as oposições e o PT, tentando jogar os governadores contra o partido e nossos

deputados. A direita e FHC trabalham para dividir a Frente com vistas às eleições do ano 2000, onde nossa unidade pode nos propiciar uma grande vitória.

O aumento do desemprego, da recessão e dos impostos, com cortes de gastos nas áreas sociais e perda de valor dos salários, só faz aumentar a sua impopularidade. A violência, a corrupção e a impunidade do narcotráfico, do crime organizado e dos crimes de colarinho branco criam um clima de revolta e insegurança no conjunto da sociedade.

No campo da coalizão que apóia FHC, além da disputa aberta pela sucessão, articulam-se saídas parlamentaristas para a eventualidade de uma crise institucional e/ou uma reforma política para dar continuidade ao governo conservador.

### DERROTAR FHC E SUA POLÍTICA. CONSTRUIR UM GOVERNO POPULAR PARA O PAÍS

44. A conjuntura nacional coloca o PT, as esquerdas e as oposições em geral diante de gravíssimos desafios. O problema da tática é central.

Mas é evidente que essa questão não se resolverá com fórmulas retóricas e/ou jurídicas. Independentemente da importância das consignas e dos instrumentos constitucionais que as oposições venham a utilizar, a questão fundamental é mudar a atual relação de forças e construir uma solução alternativa ao governo FHC.

Não basta alegar que as pesquisas mostram a maioria da população repudiando o governo.

É necessário transformar este sentimento em mobilização e, para isso, é fundamental criar em amplos setores da sociedade a consciência de que a mudança é possível, de que há um outro caminho a ser seguido e que o PT, as esquerdas e seus aliados encarnam esta alternativa e que têm competência para governar o Brasil.

45. O país necessita e clama por uma mudança radical no modelo econômico. Só um novo governo poderá atender a este reclamo da maioria da sociedade. Não podemos mais tolerar esta política econômica e a continuidade do processo de desmantelamento e desagregação do poder público. É preciso derrotar a maioria conservadora que governa o país e o governo presidido por FHC. O PT esteve à frente da Marcha dos Cem Mil onde as principais entidades do Fórum Nacional de Lutas defenderam e levantaram, com autonomia e legitimidade, a consigna FORA FHC. Esta palavra de ordem reflete a percepção que importantes setores da sociedade têm do caráter antinacional e antipopular do governo cuja legitimidade aparece cada vez mais com prometida aos olhos da população.

O Partido dos Trabalhadores assume neste II Congresso o compromisso de continuar na ofensiva política contra o governo FHC, denunciando a corrupção, a destruição do patrimônio público e a liquidação da soberania nacional.

O Diretório Nacional impulsionará a mobilização popular e, levando em conta as condições objetivas da conjuntura e das alianças do campo da oposição e da sociedade, definirá os próximos passos políticos e institucionais para derrotar FHC.

46. Derrotar FHC e seus aliados – na prática e não apenas no plano da retórica – é barrar a execução de sua desastrosa política, hoje rejeitada pela maioria da população. E impedi-lo, pelo clamor das ruas, pela força da luta social e pela criatividade aglutinadora da luta político-institucional, de prosseguir com as privatizações, de levar adiante a destruição de milhões de empregos, de sufocar os sistemas públicos de saúde e de educação, de continuar alienando a soberania do país.

Derrotar FHC e o bloco de forças dominantes no país – na prática e não apenas no terreno do voluntarismo verbal – passa necessariamente por consolidar um amplo movimento de oposição ao neoliberalismo, abrangente e não sectário, capaz de galvanizar, além das esquerdas e dos setores populares já organizados, também milhões de brasileiros insatisfeitos.

Derrotar FHC – na prática e não apenas na esfera do desejo – é acumular forças, através da luta cotidiana de resistência e libertação, para construir as bases sociais e políticas de um governo verdadeiramente popular.

Derrotar FHC e as elites dominantes é mais, muito mais, do que propor a substituição do governante.

É criar, isto sim, as condições práticas para mudar democraticamente de governo e de bloco político-social hegemônico. Para mudar de visão de mundo e de valores éticos. Para mudar de projeto histórico.

47. Para o PT, as esquerdas e os movimentos sindical e popular, a questão de fundo é como aumentar as mobilizações e criar uma alternativa de governo, pois pelas experiências das “diretas” e do impeachment de Collor, é evidente que não bastam a renúncia, o afastamento do presidente ou mesmo sua derrota eleitoral; é preciso formar uma aliança social e uma coalizão política para governar. Perseguir de modo coerente e conseqüente – este objetivo – o de derrotar pela via democrática o governo e substituí-lo por outro radicalmente alternativo – supõe apresentar ao país, cada vez com maior intensidade e contundência, na esteira das manifestações populares dos últimos meses, uma plataforma alternativa e um Plano de Lutas. Assim seremos capazes de entusiasmar multidões, dar-lhes uma perspectiva política palpável e concreta e comprometê-las cada vez mais com a construção de um novo governo.

48. O caminho é árduo, mas possível de ser percorrido. Sua extensão dependerá de nossa dedicação e inteligência política. Serão necessários três tipos de iniciativas a

serem encaminhadas concomitantemente: [1] atacar frontalmente a política econômica do governo e o mandato do presidente, cada vez mais manchado de ilegitimidade, mostrando que eles não comportam – o governo e sua política econômica – remendos, mas têm de ser derrotados e substituídos; [2] impedir por meios institucionais e pela luta social que FHC continue a desestruturação nacional e social em curso; [3] apresentar alternativa consistente à política atual com base nas grandes orientações programáticas do PT e das esquerdas.

O PT esteve à frente da Marcha dos Cem Mil, onde as principais entidades do Fórum Nacional de Lutas defenderam e levantaram com autonomia e legitimidade a consigna FORA FHC. Esta palavra de ordem reflete a percepção que importantes setores da sociedade têm do caráter antinacional e antipopular do governo, cuja legitimidade aparece cada vez mais comprometida aos da população.

O Partido dos Trabalhadores assume neste II Congresso o compromisso de continuar na ofensiva política contra o Governo FHC, denunciando a corrupção, a destruição do patrimônio público e a liquidação da soberania nacional.

O Diretório Nacional impulsionará a mobilização popular e, levando em conta as condições objetivas da conjuntura e das alianças do campo da oposição e da sociedade, definirá os próximos passos políticos e institucionais para derrotar FHC.

49. As esquerdas devem criar bases de uma aliança apta a assumir o governo, no caso de uma crise político-institucional que leve à saída de FHC ou de uma vitória eleitoral em 2002.

A posição do PT é de absoluta e intransigente oposição e se expressou no pedido das oposições de enquadramento do presidente em crime de responsabilidade, no abaixo assinado de 1,3 milhão de cidadãos exigindo a CPI da Telebrás e na vitoriosa Marcha dos Cem Mil.

Um de nossos critérios para definir palavras de ordem, programas, plataformas de luta e táticas deve ser a mais ampla unidade das forças de esquerda, populares e das entidades democráticas, como a OAB e a CNBB.

50. A crise e a saída de FHC não dependem só de nossa ação, mas de fatores que não controlamos. Seria subestimar a direita e os interesses internacionais no Brasil supor que não haverá, da parte deles, a busca de saídas que evitem uma crise institucional.

É necessário fazer com que as eleições municipais de 2000 assumam um papel de plebiscito sobre o governo e sua política econômica.

51. É falso o antagonismo entre luta social e institucional. O esforço para derrotar o atual governo e substituí-lo por outro exigirá a articulação de pelo menos três cenários: o primeiro, o das ruas. É necessário multiplicar manifestações contra o

governo. Sem novas mobilizações de rua não haverá mudanças. A continuidade da mobilização exige o fortalecimento dos canais de relacionamento com a sociedade não só pelos partidos como pela CUT, CMP, UNE, MST e outros movimentos e entidades da sociedade civil (OAB, ABI, CNBB etc.).

Para o PT é fundamental a existência do Fórum Nacional de Lutas, instrumento unitário e mobilizador, determinante para a vitória da Marcha dos Cem Mil e para o sucesso do Dia Nacional de Paralisação e Protesto.

O segundo instrumento é o da luta institucional, especialmente nos parlamentos, aprofundando denúncias, bloqueando iniciativas antipopulares e apresentando propostas alternativas. Uma terceira frente, igualmente importante, é a dos governos estaduais e municipais de oposição, que possuem peso político e capacidade de mobilização. A eles cabe realizar outro tipo de gestão, de acordo com as aspirações de milhões de brasileiros que os elegeram para governar seus estados e cidades. Prefeitos e governadores mostrarão como já o estão fazendo na prática ser possível inverter prioridades, governar de forma democrática, resistir às pressões dos monopólios internacionais e nacionais.

52. É necessário articular as oposições, reforçando a frente dos partidos de esquerda e as alianças com setores de outros partidos contrários à política do atual governo. O fortalecimento no Fórum Nacional de Lutas é um passo decisivo para a constituição de um grande movimento democrático e popular. Aí se consolidarão as propostas emergenciais para a mobilização do país.

O lançamento do MANIFESTO EM DEFESA DO BRASIL faz parte desse amplo movimento de articulação de todos que se opõem, dentro do campo democrático e popular, a FHC.

53. O espectro de alianças que devemos consolidar é aquele proposto pelo manifesto em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, que abrange os partidos da Frente Democrática e Popular, instituições e personalidades da sociedade civil, com ou sem partido, que estejam dispostos a somar com nosso projeto político de enfrentamento com o projeto neoliberal e de proposição de uma nova política econômica que gere trabalho, emprego e renda.

54. As eleições municipais de 2000 e as de 2002 oferecerão extraordinária oportunidade para derrotar FHC e fortalecer a alternativa popular. Uma vitória esmagadora das oposições precipitará a crise do governo e deixará mais claro para a sociedade a necessidade e possibilidade de um novo governo.

Para o sucesso em 2000 é preciso reafirmar a política de alianças, priorizando a Frente Democrática Popular composta pelo PT, PDT, PSB, PC do B e PCB e com os setores do PPS e PMDB que se têm oposto ao governo FHC. As nossas alianças estarão subordinadas a acordos programáticos, à oposição a FHC e ao neoliberalismo.

Toda e qualquer aliança com partidos e setores de partidos, fora do nosso arco de alianças, além das condições anteriormente expostas, só poderá ocorrer após consultas aos Diretórios Regionais, cabendo recurso à Comissão Executiva Nacional.

O PT propõe aos partidos aliados um fórum específico para discutir e iniciar o processo de organização das eleições 2000 e 2002 com o objetivo de derrotar FHC, sua coalizão conservadora e manter a unidade das esquerdas no Congresso Nacional e nas cidades e estados que governamos.

O PT iniciará a preparação das eleições 2000 convocando, logo após o II Congresso, uma Conferência Nacional Eleitoral, constituindo um Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional, tarefas do próximo DN em sua primeira reunião.

A construção de uma alternativa democrática e popular se expressa hoje através de um Plano de Luta e de uma Plataforma:

#### PLANO DE LUTA

Dando continuidade à Marcha dos Cem Mil e ao Dia Nacional de Protestos e Paralisações, o PT apresentará à Frente de Esquerda e ao Fórum Nacional de Lutas a proposta de organizar atos públicos em todas as capitais e duas grandes iniciativas envolvendo o conjunto da sociedade: uma emenda popular com um plano nacional de pleno emprego e o plebiscito sobre a dívida externa proposto pela CNBB, a realizar-se no Dia dos Excluídos. Nosso objetivo é colher mais de um milhão de assinaturas à Emenda e milhões de cidadãos votando no plebiscito em todas as cidades do Brasil.

#### PLATAFORMA EM DEFESA DO BRASIL

- Denúncia do acordo com o FMI;
- Renegociação soberana da dívida externa e controle imediato sobre o fluxo de capitais externos;
- Suspensão imediata de todas as privatizações com a apuração rigorosa das irregularidades e instalação da CPI da Telebrás; Fortalecimento do Mercosul como instrumento de construção da integração latino-americana e resistência à ALCA;
- Definição de uma estratégia de defesa comercial do país. Não à dolarização da economia.

## EM DEFESA DA DEMOCRACIA

- Combate ao crime organizado e ao narcotráfico, reestruturação do sistema de segurança pública e prisional do país; por uma nova política nacional de segurança;
- Cadeia para os corruptos e fortalecimento dos organismos de fiscalização;
- Fim do abuso na utilização de Medidas Provisórias;
- Ampla reforma política com a adoção do princípio da fidelidade partidária e financiamento público das campanhas eleitorais;
- Reforma democrática do Judiciário, com controle externo desse Poder e medidas que agilizem os processos, garantindo aos pobres amplo acesso à Justiça. Investigação sobre a corrupção no sistema judiciário;
- Democratização dos meios de comunicação, com o combate à oligopolização e regularização de rádios livre e comunitárias;
- Restabelecimento do pacto federativo com renegociação das dívidas de estados e municípios;
- Defesa dos Direitos Humanos com combate a todas as formas de discriminação e preconceitos relacionados a raça, gênero, orientação sexual, faixa etária e condição física ou mental, bem como todas as formas de violência. Estabelecimento de políticas públicas que promovam condições reais de igualdade;
- Aprovação do estatuto das sociedades indígenas no Congresso e demarcação total das terras.

## CONSTRUIR UMA ECONOMIA JUSTA, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA

- Nova política econômica com prioridade absoluta ao combate à pobreza e à desigualdade social;
- Definição de uma ampla e articulada política ambiental que valorize a biodiversidade, preserve os recursos naturais estratégicos e implemente efetivamente a Agenda XXI;
- Amplo programa de cestas básicas para o combate à fome e criação de uma política de segurança alimentar;
- Reforma agrária imediata e massiva, acompanhada de política agrícola que estimule pequenas e médias propriedades e a agricultura familiar;
- Reforma urbana que assegure moradia, saneamento básico e transporte público à população;

- Renegociação da dívida interna, permitindo o alongamento do seu perfil, após a resolução da situação patrimonial do sistema financeiro nacional;
- Reforma tributária com desoneração da produção e taxaçoão progressiva sobre a renda, heranças e grandes fortunas;
- Fortalecimento dos bancos públicos com o fim do financiamento de privatizações e grupos estrangeiros e o direcionamento do crédito para a produção, infra-estrutura e apoio às pequenas, médias e microempresas;
- Fomento à economia solidária com apoio às verdadeiras cooperativas de pequenos produtores e combate às “coopergatos”; difusão dos mecanismos de microcrédito, bancos do povo e apoio às empresas auto-sugestionadas;
- Novo modelo de Previdência Social, pública e universal com gestão compartilhada entre o governo, trabalhadores, empresários e aposentados, com base na solidariedade das gerações e estabelecendo um mínimo de teto, acompanhado de previdência complementar, pública ou privada;
- Amplo programa de bolsa-escola e defesa do ensino público gratuito e universal em todos os níveis.
- Adoção do Programa Nacional de Renda Mínima;
- Reconstrução das universidades públicas e dos centros e institutos de pesquisa científico-tecnológica;
- Fortalecimento do SUS e da saúde pública com a adoção de medicamentos genéricos, apoio à medicina preventiva e vinculação efetiva de verbas da saúde no orçamento fiscal;
- Recuperação imediata e progressiva do salário mínimo;
- Adoção do contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado que estabeleça efetiva política de valorização do trabalho e recupere a participação dos salários na renda nacional;
- Política nacional de emprego com redução da jornada de trabalho e fomento aos programas de qualificação profissional;
- O DN deverá adequar ao seu calendário a convocação de uma jornada de seminários, conferências etc. coordenada pela direção nacional e pela SMAD para a deliberação de uma política nacional de saneamento ambiental,



envolvendo os filiados organizados no setor de saneamento e meio ambiente e preferencialmente os nossos prefeitos, governadores e parlamentares.

A NAÇÃO NÃO SERÁ DESTRUÍDA!

DERROTAR FHC E SUA POLÍTICA!

CONSTRUIR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR!

### CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

55. A discussão mais detalhada da organização partidária, que deve acompanhar o debate sobre o estatuto, exige definições abrangentes sobre o tipo de partido que necessitamos para enfrentar os desafios do próximo século e as complexidades da luta política no país.

A sociedade de hoje difere daquela que viu o PT nascer. Nos últimos 20 anos o Brasil e o mundo passaram por importantes transformações econômicas e sociais, que provocaram mudanças significativas na cultura política, nos meios de comunicação e nas formas de sociabilidade.

56. O PT é uma grande organização política que atua em diferentes cenários: nas lutas sociais, no Parlamento, nos governos estaduais e municipais. Nossa organização e as estruturas dirigentes não estão à altura dos desafios presentes em cada uma dessas frentes de luta. O Partido está muito voltado sobre si mesmo. Durante as eleições e campanhas políticas existe mais abertura para a sociedade. Milhares de novos ativistas se somam às nossas fileiras, a maioria deles se afastando após os pleitos. Isso tem de mudar. É imperioso abrir núcleos e diretórios do partido para a juventude, trabalhadores informais, pequenos micro e médios empresários, além de reconstituir nossos laços com setores tradicionais petistas, como os operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais.

57. É necessário romper com a inércia da organização, criando formas de participação dos filiados e uma nova relação entre instâncias partidárias, dirigentes, tendências, lideranças, militantes, mas sobretudo entre o partido e a sociedade. É possível transformar cada sede do PT num centro de atividade política, cultural e de lazer, numa referência de solidariedade, útil para a comunidade e suas atividades, aberta diariamente para proporcionar aos jovens, às mulheres, aos idosos uma área onde eles possam se encontrar, estudar, aprender e ensinar.

58. O ingresso no PT não se pode confundir com uma iniciativa de arregimentação para tendências, dirigentes, parlamentares, prefeitos ou governadores, mas implicar uma efetiva integração do novo filiado ao partido. Por isso a necessidade da

apresentação pública dos novos filiados. Temos que nos reafirmar como partido de massa dos trabalhadores, socialista e democrático. Devemos fazer campanha de filiação para ampliar nossas fileiras partidárias entre aqueles que se identificam conosco e que irão ajudar a difundir e preservar nosso patrimônio político e ético. Não podemos aceitar filiações com o objetivo de contar número em encontros partidários que tacham o partido e não lhe trazem força e qualidade. É necessário o desenvolvimento de um processo de informação e formação política que retome, com novos e antigos filiados, o debate estratégico e das políticas públicas do PT formuladas para a atualidade.

59. Nossa formulação política e programática fica prejudicada porque dela estão em grande parte ausentes importantes atores da vida partidária, como os sindicalistas, dirigentes de movimentos populares, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e intelectuais. Nossa elaboração política cotidiana e de caráter mais estratégico necessita uma interlocução maior com a sociedade, o que supõe diálogo com as universidades, artistas, intelectuais, profissionais das áreas de comunicação, lideranças políticas e sociais.

60. As atuais divisões internas do partido acabam por refletir-se na CUT, UNE e na Central de Movimentos Populares, o que limita nossa atuação e não contribui para a superação dos desafios que vivem hoje essas entidades.

61. Nos últimos anos avançamos na estruturação da Direção Nacional. O partido possui nova sede à altura dos desafios organizativos. Criamos melhores condições para o funcionamento interno e para nossa ação externa com entidades do campo democrático e popular. Há uma boa articulação das bancadas na Câmara e no Senado com a direção e com o partido. É permanente nossa relação com os governadores e nossa ação conjunta com os prefeitos, e nosso trabalho nas relações institucionais tem crescido. Apesar das insuficiências, normalizou-se o trabalho de articulação com os movimentos sindical, do campo, populares, de negros e mulheres e pessoas portadoras de deficiência. O PT assegura comunicação diária direta com setores fundamentais do partido através do Linha Aberta e reconstrói outros instrumentos de imprensa, como o PT Notícias, que deve se transformar em um jornal de circulação nacional, auto-sustentável, atingindo em 2002 os filiados do PT e em particular os dirigentes partidários, e principalmente a comunicação via Internet, com a implantação agora de nossa intranet – uma rede de informatização interna – e desenvolvimento de nosso site. Além disso o PT incentivará a criação de rádios comunitárias e de um jornal diário de massa, com outras entidades do campo democrático e popular.

## A CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO REPRESENTOU UM IMPORTANTE PASSO NO ÂMBITO POLÍTICO E CULTURAL

O PT desenvolve ativa política externa, especialmente com dezenas de partidos da América Latina. Criou e anima o Foro de São Paulo e participa de outras instâncias multinacionais.

62. O II Congresso aprovou os principais eixos de construção partidária que obrigatoriamente estarão no novo estatuto. Caberá ao novo DN, com quórum mínimo de 3/5 (60%) de seus membros, aprovar artigo por artigo o novo estatuto até março de 2000. Ele entrará em vigor imediatamente e só poderá ser alterado em Encontro Nacional convocado especificamente para este fim.

### MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

63. Eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis, a partir do ano de 2001. Devemos realizar mudanças no processo de filiação, na realização de Encontros e Congressos; estimular formas de organização e atividades complementares à atual estrutura deliberativa, diretórios, setoriais, plenárias e encontros. Em todas as instâncias partidárias deve ser desenvolvido intenso debate político durante os 30 dias que antecedem as datas dessas votações. Os Encontros e Congressos devem ser precedidos obrigatoriamente de atividades político-culturais; debates, seminários e conferências, publicitadas e abertas a todos. As eleições para os delegados estaduais se darão a partir dos Diretórios Zonais, onde houver, e dos Diretórios Estaduais. Os delegados nacionais serão eleitos pelos encontros estaduais. Os Setoriais elegerão delegados para os encontros conforme regimento e normalização traçados pelo DN.

64. São consideradas instâncias de direção e deliberação partidária: Diretório Nacional, Diretórios Estaduais, Diretórios de Capitais, Diretórios Municipais e Zonais e ordenações setoriais. Os núcleos de base do partido não elegerão delegados para os Encontros Municipais e Estaduais, priorizando-se enquanto instrumento político e organizativo de relação com a comunidade, disputa da hegemonia e intervenção nos bairros, sendo a instância prioritária de participação do filiado.

65. São considerados instâncias de deliberação os Encontros e Congressos zonais, municipais, estaduais e nacional.

66. Os núcleos são instâncias de base do PT e podem se constituir com pelo menos nove filiados(as), organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins tais como: grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo ou outros, abertos a participação de simpatizantes com direito a voz, podendo organizar-se em nível municipal, estadual, regional ou nacional. Os núcleos são instrumentos fundamentais da organização partidária e de participação do PT nas comunidades, setores e de integração com os movimentos sociais.

67. São considerados setores os movimentos sociais com espaço de atuação orgânica em nível nacional, a saber: Sindical, Agrário, Mulheres, Negros, Ecologia, Portadores de Deficiências, Saúde, Esporte e Lazer, Assuntos Indígenas, Educação, Juventude, Transporte, Moradia e associações de moradores e militantes petistas em rádios e TVs comunitárias. Dentre outros. É necessário reforçar essas estruturas setoriais temáticas de militância e ampliar para outros setores como: jornalistas, professores universitários, homossexuais e artistas, para só citar algumas das dezenas de afinidades que podem constituir-se em novos espaços de militância. Essa estrutura não concorre mas complementa a atual. Essas instâncias deverão combinar o debate e a intervenção sobre questões específicas com a discussão e atuação nas grandes questões da política brasileira e se constituem como instrumentos fundamentais na mobilização partidária e na avaliação das políticas de nossos governos e de nossas bancadas.

68. O mandato das direções, a partir de 2001, será de três anos, sendo reafirmada a garantia da proporcionalidade entre as chapas, a cota mínima de 30% de companheiras mulheres nas instâncias de direção partidária

69. Somente poderão participar do processo eleitoral interno, ou seja, de votar e ser votado, filiados com um mínimo de um ano de filiação partidária, exceto para filiados(as) de comissões provisórias municipais (com o partido em processo inicial de formação), exigindo-se um mínimo de 180 dias de filiação.

70. A organização dos diretórios zonais, municipais e estaduais será única em todo o país, assim como toda a realização dos encontros e de todas as instâncias de deliberação. Todos os filiados terão voto com peso igual e para serem delegados deverão ser votados, abolindo-se assim os delegados natos.

71. Caberá ao Diretório Nacional do PT definir o caráter de plebiscitos, referendos, prévias e outras formas de consulta aos filiados. Esta regulamentação deve garantir igualdade de condições para as várias propostas/candidaturas em debate/disputa, incluindo a obrigatoriedade de debates com a base, o acesso aos filiados, a publicação de materiais, uma infra-estrutura material básica etc...

72. As bancadas terão seu representante nos diretórios e respectivas executivas; no Diretório Nacional e na CEN a representação será do líder no Senado e na Câmara Federal. As bancadas de parlamentares (que são instâncias do partido) estão subordinadas às instâncias de direção partidária, aos princípios programáticos do PT e devem observar todas as Resoluções adotadas pelos Diretórios correspondentes e demais instâncias superiores do partido. As propostas de políticas públicas do partido, bem como os projetos de lei dos parlamentares, devem ser elaboradas conjuntamente, envolvendo os parlamentares, os dirigentes, as secretarias e respectivas assessorias. O parlamentar, desde sua indicação como pré-candidato a cargo legislativo reconhece que todo mandato eletivo pertence ao partido e que suas instâncias poderão adotar as medidas necessárias para reter esse mandato quando deixar a legenda ou dela for desligado. A candidatura nata no PT não existe. Todo

parlamentar petista deve combater com rigor qualquer privilégio ou regalia decorrente do cargo que ocupa.

73. A carta eleitoral, a ser aprovada pelo Diretório Nacional, terá como pressupostos básicos: estar filiado ao partido há pelo menos um ano do primeiro turno das eleições, em dia com a contribuição partidária, assinar a Carta Eleitoral, que será incorporada ao novo estatuto.

74. O DN priorizará a formação política e a comunicação, promovendo um amplo debate nacional sobre a nossa compreensão de um processo formativo não dirigista e libertador bem como de uma comunicação democrática e interativa. Trata-se fundamentalmente de garantir as informações e assegurar os subsídios político-culturais necessários à reflexão livre e autônoma de cada militante. No que diz respeito aos eventos de reflexão e debate como também no que se refere à produção de materiais destinados a ampliar a cultura política e humanística da militância, deve-se intensificar o trabalho conjunto das várias secretarias com a Fundação Perseu Abramo, além de buscar parcerias com outras entidades e na comunicação, articulando-se os DRS e DMS. O DN reforçará a rede Intranet do PT e ampliará e desenvolverá o site do partido, impulsionará uma agência de notícias e consolidará o Linha Aberta e o PT Notícias. Quanto à comunicação social alternativa, devemos ter uma política específica de apoio e diálogo com as rádios e TVs comunitárias e redobramos os esforços para viabilizar um semanário nacional independente e de esquerda.

75. Para aprofundar os grandes temas programáticos, o PT convocará Conferências Nacionais, com a participação de delegados, especialistas e do DN.

76. A mobilização massiva exigirá uma presença maior de dirigentes, militantes e organismos partidários nas ruas, locais de trabalho, escolas e universidades e articulação dessa ida do partido às ruas através de uma imprensa mais ágil, de cartazes temáticos sobre os grandes pontos programáticos ou sobre denúncias centrais. O PT necessitará dotar-se de estruturas centralizadas de produção de materiais de propaganda, capazes de dar respostas rápidas às mudanças da conjuntura, através de ações descentralizadas em todo o país.

77. Deve-se aprofundar a descentralização nacional e regional do PT, através da regulamentação das macro e microrregiões estaduais e do processo de regionalização do partido em nível nacional, e das Coordenações Regionais Nacionais, com plano de atividades, infra-estrutura de apoio, recursos específicos e a obrigatoriedade de prestação de contas periódicas ao DN.

78. As finanças o II Congresso Nacional consideram obrigatória a contribuição de todos os filiados e filiações, com valores diferenciados para três faixas (zero a três salários mínimos, três a seis e acima de seis) com o limite de 2% da renda líquida declarada. Essa contribuição será anual. Os filiados de baixa renda poderão contribuir com produtos (alimentos, artesanato, iguarias etc.) que serão vendidos

pelo diretório ou utilizados para arrecadação em eventos partidários. Será obrigatória a todo filiado que ocupar cargo de direção em qualquer instância partidária a contribuição financeira, o cadastramento na mala-direta do DN e a aquisição da Carteira Nacional de Filiação e a assinatura de pelo menos uma publicação nacional do partido ou da revista Teoria e Debate. Essa última disposição se aplica também a detentores de mandatos.

O Diretório Nacional, em conjunto com os DRS, convocará uma Conferência Nacional sobre finanças com o objetivo de reorganizar as finanças partidárias, priorizando o fortalecimento dos Diretórios Municipais.

79. Fica instituída a Carteira Nacional do Filiado. Todo filiado terá acesso a esta carteira mediante o pagamento de uma taxa anual. O filiado que contribui anualmente terá acesso gratuitamente à carteira. O preenchimento do cadastro da carteira constitui-se na solicitação formal de filiação partidária. O cadastro será composto de quatro vias, uma da instância de base do solicitante, a segunda do solicitante e a terceira via da direção nacional do partido. Os DMS deverão realizar uma vez por semestre campanha de finanças para cobrir os custos da Carteira Nacional dos seus filiados isentos ou o correspondente à arrecadação de 1% sobre o salário mínimo dos mesmos.

80. Instituição de Campanha Nacional de Finanças anual, em conjunto com a Secretaria de Organização (que encaminhará campanha anual de filiação), com participação obrigatória de todas as instâncias de base do partido.

81. Criação de um Fundo Nacional de Campanha (fundo eleitoral), com a contribuição obrigatória de todos os candidatos do partido, para a constituição do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), a sustentação da campanha dos majoritários e o auxílio às candidaturas sem recursos. Todo material de campanha tem que destinar espaço significativo aos candidatos majoritários, à legenda partidária e, quando houver, à coligação.

82. O DN e os DRS deverão instituir ouvidoria como órgão de cooperação do partido para manter o PT sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores que pretende representar, promovendo, sempre que for necessário, debates sobre o projeto político partidário. As medidas relacionadas com a ética e a disciplina internas, aprovadas pelo II Congresso, serão incorporadas ao estatuto partidário.

83. As normas para os Encontros Municipais, Estaduais e Nacional do ano de 2000 deverão ser aprovadas, por maioria simples, pelo Diretório Nacional, ou, por delegação deste, a Comissão Executiva Nacional.

84. Excluídas as emendas aprovadas por este II Congresso, as demais resoluções referentes a mudança de estatuto serão aprovadas com quórum qualificado de 3/5 de seus membros.

## ANEXO I

### (TEXTO EXTRAÍDO DO 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT)

O SOCIALISMO PETISTA Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1- O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho o respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornamo-nos um grande partido de massas denunciando: a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram a sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Pe. Josimo, Chico Mendes e tantos outros.

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos.

2- A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções e bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no País.

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda –, o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no

exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto.

Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3- Outra dimensão visceralmente democrática do PT é o seu pluralismo ideológico-cultural. Somos, de fato, uma síntese de culturas libertárias, unidade na diversidade. Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc.

O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão.

4- Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco a nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos à nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo, seja qual for a sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de 1/3 da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de 20 anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando pelas nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, o analfabetismo, a marginalidade, a violência que se dissemina por todos os planos da



vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.

Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT Manifesto e Programa de Fundação já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que nossos textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, na sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5- Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes socialdemocratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6- Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivelava experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha nazista e da ocupação desses países pelo Exército soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação à parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido-Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir os seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionam conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

7- A nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários Encontros Nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 1980 e garantiu a conquista de importantes objetivos

históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfilando características de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais. De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

8- Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista, com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação da nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

9- Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada a sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude

da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas destas perguntas podemos avançar respostas que decorrem da nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O V Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos do nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas pelas nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

10- O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal: ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí por que recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo.

11- A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre os cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela liberação das mulheres, contra o racismo e toda as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar a sua alienação atual.

Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no seu conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob controle social.

12- No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las, liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática, liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

13- O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para a sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se mais do que nunca disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

(Texto extraído do I Congresso Nacional do PT)

## SOCIALISMO

### INTRODUÇÃO

1. O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico, fruto de onze anos de luta pela democracia e pela igualdade social. Desde

já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira.

2. Este é um momento privilegiado para que, diante da grave crise que o país atravessa, o PT formule e apresente à sociedade brasileira alternativas à política do governo federal e aponte, em conjunto com as demais forças democráticas e socialistas, um novo rumo, um projeto para reconstruir o Brasil.

3. O governo Collor e os defensores do capitalismo nunca fizeram tanto marketing político como agora. Trabalham com quatro ou cinco palavras de ordem (Estado mínimo, desregulamentação, privatização, livre comércio, mercado etc.), disputando aspirações, sentimentos e vontades políticas, tentando quebrar toda a representação e significados que tinha e tem para a humanidade a possibilidade de existir outra forma de organização da sociedade, distinta do capitalismo.

4. Simultaneamente, o país assiste a um espetáculo de corrupção, de fisiologia e de violência nunca visto antes. É a truculência contra as instituições; é o aceno à pena de morte e aos linchamentos para conter a violência, que cresce com a desagregação social; é o uso da ameaça militar contra o Legislativo. O governo retoma o pagamento da dívida externa e comanda uma política econômica que não oferece saídas para o Brasil. Acentua-se a liquidação do patrimônio público e a degradação dos serviços sociais. As políticas agrária e agrícola intensificam o êxodo rural e estimulam a violência contra os trabalhadores rurais. Inexiste uma política salarial, industrial e de desenvolvimento que leve em conta as necessidades e aspirações da maioria.

5. A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperança que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na idéia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o país à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social.

6. Esta é uma oportunidade histórica para debatermos e impulsionarmos a construção de um renovado projeto de socialismo democrático, coerente com as nossas tradições de origem. Ao mesmo tempo, é um momento decisivo para estimular os movimentos sociais, quebrar o cerco que a direita fecha contra nossos governos municipais, ligar nossa luta no Congresso Nacional à mobilização social e, sobretudo, trazer o partido de volta às ruas, retomando com todo vigor o combate ao governo e às elites, que se beneficiam do quadro atual.

7. Caberá recolher as experiências e as críticas acerca das administrações democrático-populares, transformando-as em estímulo e solidariedade necessários

para promover correções de rumo, que permitam a nossos governantes combinar o atendimento das aspirações populares com a luta dos trabalhadores pela construção do socialismo.

8. Devem estar presentes também as preocupações com o movimento sindical cutista. É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco no terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna.

9. É necessário recuperar toda a formulação acumulada sobre o papel estratégico do movimento popular, que tem sido elaborada a partir das práticas de luta de todo um conjunto de militantes do partido, que hoje participam do processo de construção da Central de Movimentos Populares, tendo em vista a articulação de movimentos e unificação de lutas em torno de eixos estratégicos, como a reforma urbana, por exemplo.

10. Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do partido, para que se possam transformar as demandas dos movimentos socialistas, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo e conseqüência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disso, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional.

11. Se acreditamos que o momento exige a retomada da mobilização e da organização popular, precisamos fazer com que os debates também sirvam a esse objetivo. Daí a necessidade de associarmos as discussões acerca do socialismo, dos caminhos para construí-lo e da reorganização partidária ao enfrentamento dos problemas reais do país e à disputa com o projeto neoliberal do governo Collor.

12. Por isso abrimos este documento com um chamamento à luta. E o desenvolvemos com uma apreciação sobre as mudanças no cenário internacional, onde a crise do socialismo real se desenrola num contexto de reestruturação global da economia, da política e da sociedade.

Destacamos, de maneira sintética, nossa visão sobre o socialismo petista (nem socialismo real, nem sócia-democracia) e sobre a estratégia para alcançá-lo, com ênfase na disputa de hegemonia. Desenvolvemos, em seguida, as linhas gerais de

um projeto para o Brasil, das bases de nossas políticas táticas e setoriais e, por fim, a reestruturação necessária para adequar o PT a esta nova era e às novas tarefas.

13. Queremos que todos os filiados e simpatizantes do PT, independentemente de filiação e tendências, possam ter vez e voz na vida partidária. Um partido que dialogue com as demais forças democráticas e socialistas, favorecendo a construção de um programa e de um bloco histórico, necessários para promover um desenvolvimento alternativo no país. Para isso é fundamental que os debates tratem do Brasil real, dos grandes problemas nacionais, dos meios para a combinação da luta social e institucional, dos rumos do movimento sindical, da tática eleitoral e da política de alianças para 1992. E é vital que se integrem em nossas preocupações as lutas dos sem-terra, dos movimentos populares e o desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil.

14. Este é o sentido deste documento: remobilizar as energias do partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para derrotar o governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil.

## ANEXO II

### RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES SOBRE CRIME ORGANIZADO

A sociedade brasileira está estarrecida. O nosso povo está pagando hoje um alto preço pela política nefasta do neoliberalismo e tantos anos de dominação capitalista em nosso país. A violência vem tomando conta de nossa sociedade e a sua face mais cruel atinge principalmente os mais pobres e deserdados, exatamente a maioria do povo trabalhador brasileiro.

As privatizações irresponsáveis, o desmonte do Estado, a centralização tributária no governo federal e uma política de segurança pública errada e ineficiente, que não atende aos interesses da cidadania, vêm deixando os estados desarmados e incapazes de fazer frente ao crescimento da violência, da impunidade e do crime organizado. O governo de Fernando Henrique foi simplesmente omissivo. FHC deixou o país à mercê do narcotráfico e permitiu o crescimento da influência do crime organizado. Sem uma política de segurança séria em nível nacional, proporcionou o crescimento da corrupção grassando nos aparelhos policiais civis e militares. O atual governo finge descobrir tardiamente que as instituições, dos poderes constituídos de nossa República Federativa, nos três níveis de governo, estão infiltradas e submetidas a forte influência do narcotráfico e do crime organizado.



A CPI do Congresso Nacional generalizou no país a consciência da gravidade da atuação do crime organizado nos Legislativos, nos Judiciários e nos Executivos Estaduais. É uma “metástase social” que se espalha como uma grande mancha, articulada e eficaz, que esgarça ainda mais o já fragilizado tecido social brasileiro. Denúncias de conhecimento público, publicadas por órgãos de informação nacional, envolvem autoridades do país, como no caso do Espírito Santo, o ex-senador e hoje ministro da Defesa Elcio Álvares, com a proteção ao crime organizado. Juízes são assassinados por denunciarem desembargadores com esquemas de “pagamento de sentenças”.

Em Alagoas, no Acre, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Maranhão e em tantos outros estados, importantes setores do poder econômico e do empresariado, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e o aparato policial, são responsáveis por crimes de mando, subornos, corrupções, contrabando, contravenção, tráfico de armas e drogas. O que era um processo de países vizinhos como a Colômbia, Peru ou Bolívia hoje é visível no Brasil.

O tráfico de drogas enraizou-se na sociedade brasileira, desde as camadas mais pobres e excluídas até o topo das elites financeiras e do poder econômico. Contaminou o aparelho policial, envolve o Judiciário e faz parte da cena política institucional tanto no Legislativo como em cargos executivos. O caso Hildebrando Pascoal é apenas a porção visível de criminalidade no Legislativo brasileiro.

Por que chegamos a isto? Como se consolidou este quadro? Fatores vários podem ser arrolados neste diagnóstico. Em primeiro lugar o agravamento da crise econômica e social é responsável direta pelo envolvimento de jovens pobres, sem oportunidades de escola, emprego, vítimas fáceis da sedução da criminalidade associada ao comércio de drogas. Em segundo e decisivo plano está o fato de que o narcotráfico não é uma atividade criminal qualquer. É principalmente um negócio altamente lucrativo, de um mercado em expansão, promissor e que oferece “oportunidades” de sobrevivência e negócios para um crescente contingente de pessoas. Portanto, numa sociedade capitalista, combater o narcotráfico é antes de tudo combater um ramo do mercado, ou seja, enfrentar as leis do mercado, o que, convenhamos, não é tarefa fácil.

Os negócios das drogas constituem uma extensa rede que começa do pequeno traficante nas periferias das cidades e acaba no grande negócio da lavagem de dinheiro que usa o sistema financeiro, turismo, jogos de azar, negócios imobiliários, empresas de transporte, além de outras atividades que se tornam vulneráveis à legalização de recursos originados no narcotráfico. Por aí claramente vemos o porquê da capacidade de infiltração de quadrilhas de traficantes que chegam à ousadia de usar aeronaves da FAB para carregamentos transportados para fora do país. Principalmente é preciso denunciar no sistema financeiro instrumentos como as chamadas contas CCS de autoria do Sr. Armínio Fraga e que tem permitido operações de remessa de dólares de origem duvidosa e de fortes indícios de

manipulação pelas finanças do narcotráfico, e se constitui no nó da questão que desafia a CPI do Narcotráfico e exige uma mobilização articulada com a sociedade brasileira e instituições que tenha como base a democracia, os Direitos Humanos e a justiça social.

O crime organizado se desenvolve, além do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro, em diversas outras modalidades, tais como: os grupos de extermínio, a pistolagem, o tráfico de crianças, de mulheres, de órgãos humanos, o seqüestro de pessoas, a corrupção, a sonegação fiscal, a falsificação de remédios, o roubo de cargas, o furto e roubo de veículos, o tráfico de armas, o contrabando, a contravenção, com decisiva participação de segmentos das elites brasileiras.

Em face disso, o Partido dos Trabalhadores, no seu II CONGRESSO, conclama a sociedade civil brasileira para, unida e organizada, em Fóruns Legítimos, dar um basta neste quadro alarmante e conclamar pela vida, pela cidadania, e contra a impunidade e a violência. Somente a sociedade pode mudar este estado de coisas. A pressão popular por uma Operação Mãos Limpas, com amplo apoio social e político, deve ser desencadeada no Brasil, no rastro das investigações atuais e futuras da CPI do Narcotráfico.

Considerando que a questão do crime organizado não é apenas um caso de polícia mas principalmente uma questão política, que afeta a soberania e a democracia nacional, O CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES delibera como tarefa urgente para o novo Diretório Nacional encaminhar de imediato as seguintes ações: 1. Que a Executiva Nacional do partido realize conversações e reuniões com entidades da sociedade civil como a OAB, a ABI, a CNBB, o Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) as Associações Nacionais de Pastores e Igrejas Evangélicas, o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), a UNE, a CUT, o MST, e os partidos políticos de oposição, entre outras instituições, para constituírem um FÓRUM NACIONAL E PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA, O CRIME ORGANIZADO E A IMPUNIDADE.

2. Que nos estados os Diretórios Regionais constituam Grupos de Trabalho e/ou Comissões que se dediquem a troca de informações e apoio mútuo entre os estados, articulando-se com a sociedade civil, em Fóruns Estaduais, para apoiar, subsidiar e aprofundar as investigações sobre o crime organizado e o narcotráfico e que nossos parlamentares priorizem a proposição e a participação em CPIS sobre o tema no âmbito das Assembléias Legislativas.

3. Que seja constituída a nível nacional um Grupo de Trabalho Permanente, em de especialistas jurídicos, dos Direitos Humanos e da área de segurança, juntamente com dirigentes nacionais, para acompanhar e apoiar, contínua e sistematicamente, as ações da CPI do Narcotráfico e seus desdobramentos, e especialmente sustentar técnica e politicamente as ações de nossos dirigentes partidários, parlamentares federais, estaduais e municipais, bem como os nossos executivos dos estados e municípios, empenhados neste tema.

4. Que a Executiva Nacional delibere e encaminhe, junto ao Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Governos Estaduais, medidas de segurança que possam apoiar testemunhas e proteger dirigentes e pessoas que estão sendo ameaçadas de morte pelo envolvimento nas investigações contra o crime organizado.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

### ANEXO III

#### RESOLUÇÕES SOBRE OS 500 ANOS

O Partido dos Trabalhadores afirma seu apoio ao movimento Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, que coloca, no final do seu manifesto:

“... Vamos celebrar sim as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe, de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança. No marco destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós”.

Como parte deste nosso compromisso histórico, o partido deve apoiar concretamente:

- as lutas pela demarcação definitiva de todas as terras indígenas no país, as retomadas de seus territórios pelos povos indígenas e, no Congresso Nacional, a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2.057/91) e a ratificação da Convenção 169 da OIT;
- as lutas pela demarcação definitiva de todos os territórios dos Remanescentes de Quilombos, que são cerca de 500 áreas em todo o país, e, no Congresso Nacional, a aprovação de projeto de lei que reconheça, definitivamente, os direitos históricos dos quilombolas. Além disso, devemos empreender uma luta permanente contra todas as formas de racismo ainda presentes na nossa sociedade, na nossa cultura;
- as lutas dos setores populares pelos seus direitos básicos à saúde, educação, moradia, transporte, por condições dignas de existência, em todas as cidades do interior, em todas as periferias, hoje esquecidas, das nossas capitais.

Apoiar a Luta Indígena, Negra e Popular, no contexto dos 500 anos, significa para o Partido dos Trabalhadores empenhar-se na construção de uma sociedade socialista,

pois só no socialismo os direitos de todos serão reconhecidos, respeitados e exercidos em sua plenitude.

Belo Horizonte, 24 a 28 de novembro de 1999.  
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

## ANEXO IV

### RESOLUÇÃO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

A proposta apresentada pelo Coletivo da Secretaria Nacional de Formação Política foi o fruto de um processo de consenso progressivo desenvolvido pelo coletivo nos últimos dois anos. Mas a comissão de sistematização considerou que o mesmo ainda precisa ser remetido ao Diretório Nacional.

Não somos contra isso, mas consideramos fundamental registrar no plenário deste II Congresso o seguinte:

1. Há dois anos estamos tentando discutir nosso projeto no Diretório Nacional do PT.
2. Já no final de 1997 a essência deste projeto foi apresentada ao Diretório Nacional junto com o orçamento para 1998, sendo que a nossa Secretaria foi a única que o apresentou no prazo solicitado. Mas o projeto nunca foi discutido.
3. Em 1998 o projeto foi encaminhado ao XI Encontro Nacional, o qual o remeteu ao Diretório Nacional. Ao Diretório Nacional voltamos a apresentá-lo com o orçamento para 1999. Mais uma vez o mesmo não foi discutido, apesar da insistência do Secretário Nacional por diversas vezes.
4. A elaboração deste projeto tem sido um processo permanente de busca do consenso progressivo. Tanto que em nosso coletivo contamos com a presença de militantes das mais diversas posições dos campos majoritários, e sempre o temos apresentado como proposta consensual.
5. Ademais, este sempre foi também um resgate de nossa experiência concreta de formação como partido.

6. Além disso, nosso projeto também foi publicado no caderno de debates preparatórios a este II Congresso, portanto um texto público à militância há um prazo de tempo razoável.
7. Por outro lado, não é somente um plano, mas um resultado parcial de uma atuação coletiva prática que temos tido e que já vem se refletindo numa melhora quantitativa e qualitativa do trabalho de formação em nível nacional, mesmo que ainda insatisfatório e com fortes desequilíbrios entre os estados.
8. Assim admitimos esta proposta de remeter ao Diretório Nacional mais uma vez, desde que:
  - a) seja realizada uma Conferência Nacional de Formação no primeiro trimestre de 2000 para aprovação de um plano nacional de formação;
  - b) o Diretório Nacional discuta e decida a questão com base na proposta aprovada pela Conferência, como ponto de pauta prioritário, em sua primeira reunião após a referida Conferência;
  - c) o texto aqui apresentado seja, desde já, encaminhado com o texto-base para o debate no conjunto do partido e na Conferência.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT "Dorcelina Folador"

## ANEXO PT

### RESOLUÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Vimos por meio desta repudiar o não cumprimento, pela Direção Nacional, – PT das resoluções do I Congresso do PT e da não realização do II Encontro Nacional dos Petistas Portadores de Deficiência em 23 e 24/11/99, véspera do II Congresso Nacional do PT, com isso prejudicando sobremaneira a sua cidadania, seus direitos e sua participação política.

Resolução do I Congresso do Partido dos Trabalhadores 27/11 a 1/12/1991

## PARTIDO

### O PT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

29. O PT deve garantir a plena participação de todos os portadores de deficiência no partido, através de mecanismos adequados, entre os quais recomenda-se o seguintes:

a) acessibilidade dos portadores de deficiência nas sedes e reuniões partidárias, com eliminação de barreiras arquitetônicas;

b) direito à informação dos principais documentos em braile ou gravação em fita cassete;

c) aos deficientes auditivos, garantir o direito de acompanhar reuniões e os programas partidários na TV em condições de igualdade, por meio de intérpretes na língua dos sinais ou legendas escritas.

### II ENCONTRO NACIONAL DOS PETISTAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA/99

O Partido dos Trabalhadores sempre se destacou por sua política de defesa dos excluídos e sua atuação sempre se pautou por isso. Em 30/06 e 11/07/89 realizamos o I Encontro Nacional dos Petistas Portadores de Deficiência no Hotel Danúbio - SP. Este foi o marco na luta e conquistas de garantias dos nossos direitos e consolidação do setorial. Desde então, vimos exclusivamente tentando realizar o II Encontro Nacional dos Setoriais. Em reunião do Coletivo Nacional dos movimentos populares realizado em 25/01/99 foi aprovada a realização deste Encontro Nacional.

Entramos em contato com vários estados em 2/08/99, enviamos uma carta a todos os setoriais, e secretarias estaduais de movimentos populares, conclamando todos os setoriais a realizar seus encontros estaduais e comunicando a intenção de realizarmos o II Encontro Nacional dos petistas portadores de deficiência. A partir da realização do Encontro Estadual dos Setoriais em 12/09/99, intensificamos nossos contatos com a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, Secretaria de Finanças e vários dirigentes partidários, achando estes extremamente importante e que realizaríamos tal encontro. Visando viabilizar a realização deste, após apresentação de várias previsões orçamentárias, baseando-se nos encontros estaduais realizados (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul), garantindo ainda a possibilidade de realização de novos encontros estaduais e a participação de pelo menos um militante de cada estado, que não conseguisse realizar o respectivo encontro, nos surpreendemos com a informação de que o PT não dispunha de recursos financeiros no momento. Só nos comunicaram este ato em 8/11/99, por se sentirem constrangidos em negar algo ao setorial dos petistas portadores de deficiência.

Isto nos surpreendeu ainda mais, pois lutamos pela igualdade de direitos (“respeitadas as nossas diferenças”) e pela nossa plena cidadania, sem paternalismos.

Por isso nosso repúdio à atitude adotada por esse diretório e esperando que esses fatos não se repitam e propiciem a realização desse encontro em março de 2000, conforme prometido, para que possamos discutir a política específica do setorial, legislação municipal/estadual e federal, esperando o efetivo empenho de nossas bancadas em seu cumprimento, nosso papel nas eleições municipais e nossa contribuição à política geral e o rumo do Partido dos Trabalhadores, independentemente das resoluções tiradas no II Congresso Nacional.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

## ANEXO VI

### RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PT SOBRE COMUNICAÇÃO

Depois das profundas transformações decorrentes da Revolução Industrial, estamos agora diante de uma nova mudança no processo civilizatório. Em primeiro lugar, o ambiente do trabalho, da transformação da matéria em mercadoria, é, cada vez mais, invadido pela robótica e o ser humano, como força de trabalho, deslocado para um papel secundário. O lugar da obtenção da riqueza – e de disputa da própria hegemonia na sociedade – se desloca para as estruturas de produção e transmissão de informações, quer sejam extraídas da natureza (biotecnologias em geral), quer sejam de âmbito social (telecomunicações, informática e comunicação de massa).

Nesse quadro, na perspectiva primeira de uma sociedade democrática, um dos principais focos de ação da sociedade civil deve ser a construção de instrumentos públicos de produção e transmissão de informações e, por outro lado, conseguir gerar legislações que impeçam a crescente oligopolização – um verdadeiro monopólio de classe – destes instrumentos nas mãos de umas poucas corporações privadas, pois este se torna o campo privilegiado da disputa de hegemonia nas sociedades contemporâneas.

Os meios de comunicação públicos (não estatais e não privado) podem expressar uma nova dinâmica de conteúdos de linguagens, como exemplificam as rádios comunitárias e os canais de TV de acesso público. Entretanto, não nos enganemos. As elites nacionais e seus aliados sabem exatamente a importância de tais ações. Sabem que é no cenário das comunicações que se está a construir a hegemonia das sociedades contemporâneas, e não é por acaso que as regulamentações aprovadas para a radiodifusão comunitária na maioria dos países latino-americanos mais impedem que viabilizam tais emissoras.

Até o momento, a sociedade civil e o próprio Partido dos Trabalhadores têm sido tímidos na definição da comunicação pública como um dos temas principais da agenda democrática do século XXI. Refletem, assim, sua incompreensão a respeito dos novos desafios e seu apego a antigas concepções de poder.

A segunda tática que exemplifica a opção estratégica pelo controle público é a construção de instâncias públicas de regulamentação dos instrumentos e dos conteúdos das comunicações.

É preciso, além disso, pensar a urgente reforma da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), com o intuito de ampliá-la (uma Agência Nacional das Comunicações) e de democratizá-la com ampla participação da sociedade civil, direta (na gestão) e indiretamente (na construção coletiva de suas políticas). Tal agência deve ter o papel de pensar uma política de comunicações para o país em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e científicos.

Ou seja, quebrar o maior monopólio privado dos meios de comunicação existente no planeta, rediscutir a privatização do Sistema Telebrás (tendo como meta a criação de uma operadora de capital nacional), enfatizar a pesquisa nacional, propor instrumentos de geração qualificada de empregos, disseminar o acesso à Internet (privilegiando escolas, universidades e hospitais públicos, presídios e centros comunitários, por exemplo) e, enfim, inserir o país de forma soberana na esfera das sociedades da informação.

Em segundo lugar, a defesa da posse imediata do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado em lei de 1991, até hoje engavetado no gabinete dos sucessivos presidentes do Senado Federal (os dois últimos – José Sarney e Antônio Carlos Magalhães – sócios das Organizações Globo). Com a mesma ênfase devemos atuar para a criação de Conselhos de Comunicação Social em todos os estados e municípios do país e seu pleno funcionamento.

O Conselho Nacional e os demais, enquanto instrumentos da sociedade, deverão ter importante incidência sobre a questão cultural, uma vez que a mesma se encontra, cada vez mais, condicionada pelos meios de comunicação de massa. Cabe a estes Conselhos debater o tema dos conteúdos dos meios de comunicação, a questão da construção de novas linguagens, o reforço aos estereótipos, a exploração da violência, a banalização do erótico e, muito especialmente, a valorização das culturas locais e regionais, com a conseqüente ênfase na regionalização da produção.

Para o Partido dos Trabalhadores, a defesa intransigente da democratização dos meios de comunicação é um elemento fundamental de construção da sociedade democrática, devendo daí decorrer a política geral de comunicação do partido, orientando também a intervenção de seus militantes nos vários meios de comunicação, inclusive disputando – no plano institucional – autorizações, outorgas e



concessões de canais de emissoras de rádio e televisão I em todas as faixas de potência, em todo o país, e mesmo no segmento privado, enfatizando a construção de instrumentos de gestão e controle público.

Nesta perspectiva, este II Congresso do Partido dos Trabalhadores institui o Setorial de Comunicação Comunitária, que terá entre suas atribuições prioritárias traçar uma política, aprovada pela Direção Nacional, de estímulo e apoio à disputa de autorizações, outorgas e concessões de canais de emissoras de rádio e televisão, em todas as faixas de potência, por militantes e organizações do campo democrático e popular, e à implantação de veículos comunitários de comunicação eletrônica.

Temos que evitar a forma autoritária como operam os grandes grupos de comunicação e garantir acesso e participação da comunidade onde estiver a rádio ou TV comunitária. Nesse sentido, práticas coletivas devem ser assumidas, especialmente como dimensão pedagógica da construção da nova sociedade desde a propriedade e gestão até a programação e operação. O(a) militante do PT deve evitar a rádio ou TV como propriedade sua, seja militante de base, dirigente ou parlamentar.

Uma rádio ou TV comunitária precisa estar inserida no contexto da comunidade, precisa ser assumida como sua. É a comunidade, bairro ou cidade que devem, pela participação dos representantes dos mais diferentes grupos, definir e decidir os seus destinos, com uma clara opção de classe.

Compreendidas nesse contexto e colocadas a serviço dos interesses dos trabalhadores, as emissoras comunitárias terão que assumir uma clara posição e compromisso com as transformações sociais. De forma didática e pautando esse debate, serão um importante instrumento nas mãos dos movimentos.

O PT tem que ampliar e apoiar a luta pela democratização dos meios de comunicação de massas, a revisão das concessões já em mãos dos empresários e, ainda, possibilitar, de fato, o controle público. Mais que isso, porém, o militante do PT precisa atuar para propagar as idéias e iniciativas que apontem para a superação do sistema em que vivemos e a implantação de uma nova realidade, onde passamos vislumbrar a construção do projeto de sociedade dos trabalhadores.

Que rádio ou TV comunitária fazer então? Não há padrão, existem porém conceitos e princípios construídos ao longo do tempo e formulados por militantes das emissoras comunitárias, com a gestão coletiva por conselho composto por representantes dos grupos da comunidade; a missão de defender a cultura e valores locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e regionais a partir de uma visão de classe; o debate sobre os problemas locais e sua relação com os gerais; e, um que é básico, a pluralidade de acesso e programação.

Por outro lado, o partido deve aprofundar os projetos dos veículos de comunicação internos, especialmente na perspectiva da construção democrática do partido, e

implantar, efetivamente, instrumentos próprios de difusão de informações para a sociedade e de diálogo com ela. Entre os quais, por exemplo, um órgão de circulação nacional, aberto para a sociedade; e um centro nacional de produção e distribuição radiofônica e audiovisual, ligado – via internet e canal satélite – com centros regionais e estruturado para apoiar articulações de emissoras de rádio e TV.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

## ANEXO VII

### RESOLUÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DO PT SOBRE MEIO AMBIENTE

A contraposição ao modelo neoliberal, que hegemoniza o processo de globalização da economia e entrega ao mercado o destino da humanidade, passa necessariamente pela incorporação da dimensão socioambiental em todos os níveis. Centrando na luta contra a exclusão social e a devastação ambiental, um projeto petista para o desenvolvimento do país precisa resgatar o compromisso humanista que está na origem do projeto socialista e democrático e que hoje precisa de uma nova visão do mundo, da natureza, do desenvolvimento da relação entre gêneros e etnias, da cultura, da igualdade e das diferenças.

O desenvolvimento sustentável se transformou num sério desafio para governos comprometidos com a qualidade de vida da população. Nos governos estaduais petistas do Rio Grande do Sul, Acre e Mato Grosso do Sul temos buscado estabelecer o planejamento integrado das políticas públicas.

Os mecanismos descentralizadores, aliados à bem-sucedida experiência do Orçamento Participativo, e o enfrentamento conjunto dos problemas ambientais e sociais têm sido a marca das nossas administrações até o momento. A lógica da globalização vem enfraquecendo os Estados nacionais e seu papel regulador, deixando essa prerrogativa às grandes corporações transnacionais e perdendo a necessária responsabilização com as grandes questões sociais que hoje se colocam em nível mundial. As organizações internacionais que deveriam regular as relações entre os países, como a ONU, estão enfraquecidas. Ao mesmo tempo, projeta-se para a entrada do milênio um cenário onde o mundo será predominantemente urbano. Mais de 2/3 da população da Terra viverá em cidades ao fim da primeira década deste próximo século, com todos os problemas que o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, o consumo, o dispêndio de energia e o impasse da circulação nas grandes metrópoles estão a preannunciar. Isso significa que os problemas ambientais mais graves estarão concentrados no espaço urbano, atingindo

principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como os trabalhadores, as crianças e os velhos. Os grandes grupos transnacionais, com orçamentos maiores que a maioria dos países, disputam o acesso facilitado a recursos naturais, tecnologias e patentes e utilizam-se da chamada “biopirataria” para economizar tempo e dinheiro na pesquisa de novos produtos. As vítimas são países como o Brasil, especialmente as comunidades e o seu conhecimento sobre o uso dos recursos. Desta forma, os compromissos internacionais assumidos no âmbito da ECO-92 (clima, biodiversidade, florestas e a Agenda 21), a exemplo de conquistas sociais e trabalhistas, se submetem inteiramente à agenda das transnacionais, consolidada no Acordo do GATT, na OMC e nos ajustes promovidos por organismos financeiros multilaterais, com o FMI e o Bird.

Nesse contexto será preciso afirmar novo modelo de desenvolvimento para o país, que redimensione a nossa participação na divisão internacional do trabalho, otimizando as nossas vantagens comparativas em favor da verticalização e beneficiamento da produção primária, da geração de emprego e renda, da conservação dos ecossistemas e do desenvolvimento tecnológico e científico. As políticas industrial e agrícola devem absorver o desafio da sustentabilidade da “matéria-prima”, como a terra e os ecossistemas, e da deposição dos resíduos, inclusive o lixo químico e atômico. As “chamadas externalidades” socioambientais precisam ser incorporadas ao sistema, inclusive até através de subsídios ou custos específicos que remunerem o trabalho voltado à conservação ambiental. É o caso de comunidades empobrecidas no campo e nas florestas que se mantêm integradas aos ecossistemas, conservando-os e diversificando-os. Os programas de financiamento e crédito para a produção, especialmente na agricultura, além da política de incentivos fiscais precisam também incorporar critérios socioambientais dirigindo os recursos para atividades potencialmente sustentáveis e geradoras de emprego e renda. Os estados e municípios precisam também receber compensações através dos fundos de participação para áreas conservadas e proteção dos recursos hídricos e com limitações para o desenvolvimento. O país precisa retomar as políticas de desenvolvimento regional integrado assumindo as particularidades e vocações de cada região e microrregião. A base energética do desenvolvimento precisa ser redirecionada, mantendo substantivamente a matriz atual, mas redistribuindo de maneira mais democrática seus benefícios e as formas de controle social. Aliás, o indicador e, ao mesmo tempo, critério fundamental para a sustentabilidade é a participação. Desde o nível local até o nacional, é preciso fortalecer os canais de participação, de maneira associada às instituições da democracia representativa.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

## ANEXO VIII

### MOÇÃO DE APOIO 1º MUMIA ABU-JAMAL

Mumia Abu-Jamal é jornalista e ativista político pela causa dos direitos humanos e foi acusado injustamente pela morte de um policial em 1981. Mumia Abu-Jamal é inocente.

Abu-Jamal, preso há 18 anos, é vítima de racismo, perseguição política e vingança policial. Seu julgamento e todo o processo judicial foram marcados por distorções e irregularidades que só fizeram crescer em todo o mundo as manifestações de solidariedade a Abu-Jamal e de repúdio à discriminação racial e à pena de morte.

Junte-se às entidades do Movimento Negro e Sindical de Defesa dos Direitos Humanos e Partidos Políticos do Distrito Federal para fazer chegar seu protesto ao governo da Pensilvânia e à Presidência dos Estados Unidos.

Somando nossas vozes poderemos impedir que os Estados Unidos pratiquem essa irreparável injustiça, executando o homem que utilizava seu programa de rádio para denunciar as arbitrariedades da polícia. Compareça e participe. Assine o abaixo-assinado, erga sua voz, cante, grite, proteste, exija liberdade de Abu-Jamal – Agora!

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999.

II Congresso Nacional do PT “Dorcelina Folador”

## ANEXO IX

### SOBRE FINANÇAS PARTIDÁRIAS

### PARA SER APRECIADO PELO DIRETÓRIO NACIONAL

28. Será obrigatório o repasse, de todo filiado ou filiada ocupante de cargo de assessoria no Executivo e Legislativo de até 5%, exceto para os funcionários de carreira cujo salário não sofrerá qualquer modificação com a ocupação do cargo. A tabela será aprovada pelo Diretório Nacional a partir de proposição da Secretaria de Finanças e Planejamento. Haverá um período de transição de três anos para que as instâncias se adaptem a esta tabela, que entrará em vigor a partir de julho de 2000 e será reajustada progressivamente em 1/3 a cada ano, do valor atual ao valor ora proposto e aprovado.

29. Fim do repasse da contribuição dos Diretórios Municipais aos Diretórios Regionais. Essa medida entrará em vigor em julho de 2000. O DN normatizará os

repases das contribuições financeiras entre as instâncias, bem como a distribuição do Fundo Partidário.

30. Será obrigatório o repasse, de mandatários no Legislativo e Executivo de 15% do total de recursos líquidos recebidos. Haverá um período de transição de três anos para que as instâncias se adaptem a esta nova tabela, que entrará em vigor a partir de julho de 2000 e que será reajustada progressivamente em 1/3 a cada ano, do valor atual ao valor ora proposto e aprovado.

31. As cotizações dos parlamentares, prefeitos, vices, governadores, vice-governadores, assessorias e secretários de governo serão centralizadas na SNF&P e redistribuídas a partir de novos critérios estabelecidos pelo Plano Nacional de Finanças que será apresentado até julho de 2000, em conjunto com os novos critérios de distribuição do Fundo Partidário.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 1999  
II Congresso Nacional do PT "Dorcelina Folador"

## OS FILHOS DA PAIXÃO

Pedro Tierra

Nascemos num campo de futebol.  
Haverá berço melhor para dar à luz  
uma estrela?  
Aprendemos que os donos do país só  
nos ouviam  
Quando cessava o rumor da última  
máquina...  
Quando cantava o arame cortado da  
última cerca...  
Carregamos no peito, cada um,  
batalhas incontáveis.  
Somos a perigosa memória das lutas.  
Projetamos a perigosa imagem do  
sonho.  
Nada causa mais horror à ordem  
Do que homens e mulheres que  
sonham.  
Nós sonhamos. E organizamos o  
sonho.  
Nascemos negros, nordestinos,  
nisseis, índios,  
Mulheres, mulatas, meninas de todas  
as cores,

Filhos, netos de italianos, alemães,  
árabes, judeus,  
Portugueses, espanhóis, poloneses,  
tantos...  
Nascemos assim desiguais, como  
todos os sonhos Humanos.  
Fomos batizados na pia, na água dos  
rios,  
Nos terreiros.  
Fomos, ao nascer, condenados  
A amar a diferença.  
A amar os diferentes.  
Viemos da margem.  
Somos a anti-sinfonia  
Que estorna da estreita pautada  
melodia.  
Não cabemos dentro da moldura...  
Somos dilacerados como todos os  
filhos da paixão.  
Briguentos. Desafortados. Unidos.  
Livres:  
Como meninos de rua.  
Quando o inimigo não fustiga,  
Inventamos nossas próprias guerras.

Desenvolvemos um talento prodigioso para elas...  
Com nossas mãos, sonhos, desavenças  
Compomos um rosto de peão,  
Uma voz rouca de peão,  
O desassombro dos peões  
Para oferecer ao país,  
Para disputar o país.  
Por sua boca dissemos, na fábrica,  
nos estádios,  
Nas praças,  
Que este país não tem mais donos.  
Em 84 viramos multidão, inundamos as ruas.  
Somamos nosso grito ao grito de todos. Depois gritamos sozinhos. E choramos a derrota sob nossas bandeiras.  
88: como aprender a governar e desenhar em cada passo, em cada gesto, a cada dia, a vida nova que nossa boca anunciou?  
89: encarnamos a tempestade. Assombrados pela vertigem dos ventos que desatamos. Venceu a solidez da mentira, do preconceito. Três anos depois pintamos a cara, como tantos, e fomos o arco-íris e a indignação. Dessa vez a fortaleza ruiu diante dos nossos olhos. E só havia ratos depois dos muros. A fortaleza agora está vazia. Ou povoada de fantasmas. O caminho que conduz a ela passa por muitos lugares: caravanas. Pelas estradas empoeiradas,

pela esperança empoeirada do povo, pelos mandacarus e juazeiros, pelos seringais, pelas águas da Amazônia, pelos parreirais, pelos pampas, pelos cerrados e pelos babaçuais, mas sobretudo pela invencível alegria que o rosto castigado da gente demonstra à sua passagem. A revolução que acalentamos na juventude faltou. A vida, não. A vida não falta. E não há nada mais revolucionário que a vida. Fixa suas próprias regras. Marca a hora e se põe diante de nós, incontornável. Os filhos da margem têm os olhos postos sobre nós. Eles sabem, nós sabemos que a vida não concederá uma terceira oportunidade. Hoje, temos uma cara. Uma voz. Bandeiras. Temos sonhos organizados. Queremos um país onde não se matem as crianças que escaparam do frio, da fome, da cola de sapateiro. Onde os filhos da margem tenham direito à terra, ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança, às histórias que povoam nossa imaginação, às raízes da nossa alegria. Aprendemos que a construção do Brasil não será obra apenas de nossas mãos. Nosso retrato futuro resultará da desencontrada multiplicação dos sonhos que desatamos